

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JESSANE CRISTINA PAIL GONÇALVES

DESEMPENHO ESTUDANTIL E CONDIÇÕES DA ESCOLA: UM
ESTUDO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA AMÉRICA DA
COSTA SABÓIA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA

CURITIBA

2013

JESSANE CRISTINA PAIL GONÇALVES

DESEMPENHO ESTUDANTIL E CONDIÇÕES DA ESCOLA: UM
ESTUDO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA AMÉRICA DA
COSTA SABÓIA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Políticas Educacionais, no Curso de Especialização em Políticas Educacionais, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rose Meri Trojan

CURITIBA

2013

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo principal identificar os elementos distintivos relacionados às condições oferecidas pela *Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia*, que contribuem para explicar o desempenho dos alunos nos períodos de 2007 a 2012. Foi utilizado como base de análise o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), além de outras fontes, para verificar algumas hipóteses que pudessem explicar, como em uma escola localizada em uma região de periferia do município de Curitiba, onde as condições econômicas da população em geral são precárias, os estudantes vêm, ao longo dos anos, apresentando melhores desempenhos. Para isso, também foram investigadas as condições materiais da escola e as condições de pessoal desta unidade educativa. Foi tomada a avaliação em larga escola como referência principal para as análises de desempenho estudantil, complementada com a análise de outros fatores, como índices de aprovação, análise de movimentação de pessoal, além de outras questões pertinentes a esse tema.

Palavras chaves: políticas de avaliação; condições da escola; desempenho estudantil.

ABSTRACT

This research aims to identify the distinctive elements relating to the conditions offered by the Public School *Professora América da Costa Sabóia*, that help explain student performance in the periods from 2007 to 2012. Was used as the basis of analysis the Index of Basic Education Development (IDEB) as well as other sources that could endorse some assumptions around the issue that, as a school located in a region of the periphery of the city of Curitiba, where economic conditions the general population are still precarious, students come over the years showing better student performance. A research study concerning the material conditions of school and personal conditions of this educational unit was also performed. Evaluating a large school as reference for the analysis of student performance was taken, however not allowed to perform the analyzes of other factors, such as approval ratings, low rotativity of teachers, and other issues pertaining to this research.

Keywords: material conditions, socioeconomic status, student performance

INDICE DE QUADROS

QUADRO 1: FORMULA DE CÁLCULO DO IDEB	26
QUADRO 2: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES AVALIADOS PELA SME, NO INÍCIO E NO FINAL DO ANO LETIVO, SEGUNDO ANO/SÉRIE/PERÍODO POR MODALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL – 2007-2010	32
QUADRO 3: RESULTADOS COMPARADOS DAS AVALIAÇÕES DO 3º ANO EM LÍNGUA PORTUGUESA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA AMÉRICA DA COSTA SABÓIA (2011-2012)	33
QUADRO 4: CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO/CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA, 1º ANO	34
QUADRO 5: QUADRO COMPARATIVO DA E.M. X DOS RESULTADOS DO COMPONENTE CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA DE UMA TURMA DE 3ª ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. ANO: 2010.....	35
QUADRO 6: ANÁLISE DE QUESTÃO DE AVALIAÇÃO DA RME	36
QUADRO 7: IDEB DAS ESCOLAS DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO NRECIC	37
QUADRO 8: IDEB DAS ESCOLAS DE ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO NRECIC	37
QUADRO 9: NÍVEIS DA PROVINHA BRASIL	39
QUADRO 10: RESULTADOS DA PROVINHA BRASIL 2008-2010 (LÍNGUA PORTUGUESA) NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA AMÉRICA DA COSTA SABÓIA.....	39
QUADRO 11: IDEB DAS ESCOLAS (ANOS 2005 A 2011)	41
QUADRO 12: ESTRUTURA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL DO NRECIC.....	45
QUADRO 13: INDICADORES DE CONDIÇÕES DOMICILIARES.....	47
QUADRO 14: DADOS DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (ESCOLAS SELECIONADAS)	48
QUADRO 15: DADOS DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (QUADRO GERAL DAS ESCOLAS)	48
QUADRO 16: COMPARAÇÃO ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO PBF E IDEB.....	50
QUADRO 17: EMPRÉSTIMOS DE LIVROS (NOVEMBRO DE 2013)	53
QUADRO 18: FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA PROFESSORA AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	55
QUADRO 19: FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA PROFESSORA AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	56
QUADRO 20: PROFICIÊNCIA DA PROVA BRASIL EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA	60
QUADRO 21: NÚMERO DE ESTUDANTES APRESENTADOS NA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR FINAL	62

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: IDEB NA ESCOLA PROFESSORA AMÉRICA DA COSTA SABÓIA (2005-2011)	37
GRÁFICO 2: RESULTADOS DA PROVINHA BRASIL 2008-2010 (LÍNGUA PORTUGUESA) NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA AMÉRICA DA COSTA SABÓIA.....	40
GRÁFICO 3: IDEB DAS ESCOLAS (ANOS 2005 A 2011)	42
GRÁFICO 4: EXTENSÃO TERRITORIAL POR BAIRROS DA REGIONAL CIC	43
GRÁFICO 5: RENDA DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR BAIRRO	44
GRÁFICO 6: ANALFABETISMO DE 30 A 59 ANOS EM CURITIBA.....	45
GRÁFICO 7 – DADOS DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (ESCOLAS DA CIC)	49
GRÁFICO 8: FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA PROFESSORA AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	56
GRÁFICO 9: PROFICIÊNCIA DA PROVA BRASIL NO COMPONENTE CURRICULAR DE MATEMÁTICA	60
GRÁFICO 10: PROFICIÊNCIA DA PROVA BRASIL NO COMPONENTE CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA	61
GRÁFICO 11: NÚMERO DE ESTUDANTES APRESENTADOS NA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR FINAL	62
GRÁFICO 12: APROVAÇÃO DOS ESTUDANTES	65

LISTA DE ABREVIATURA

ANA - Avaliação Nacional da Alfabetização
ANEB - Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
APPF - Associação de Pais, Professores e Funcionários
CANE - Coordenadoria de Atendimento às Necessidades Especiais
CEREJA - Centro Regional de Educação de Jovens e Adultos
CIC - Cidade Industrial de Curitiba
CMAE - Centro Municipal de Atendimento Especializado
CME - Condições Materiais da Escola
CMEI - Centros Municipais de Educação Infantil
DEF – Departamento de Ensino Fundamental
DPI - Departamento de Planejamento e Informações
E.M.P.A.C.S - Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENADE - Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior
ENCEJA - Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FAS - Fundação de Ação Social de Curitiba
FCC - Fundação Cultural de Curitiba
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MEC - Ministério de Educação e Cultura
NRE – Núcleo Regional de Educação
PBF - Programa Bolsa Família
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PNAIC - Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD - Programa Nacional de Livro Didático
PPP - Projeto Político Pedagógico
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
RIT - Regime Integral de Trabalho
RME - Rede Municipal de Educação de Curitiba
SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SINAES - Sistema de Avaliação do Ensino Superior
SITES - Sistema Integrado de Transporte para o Ensino Especial
SME - Secretaria Municipal de Educação

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 CONDIÇÕES DA ESCOLA E DESEMPENHO ESTUDANTIL	4
1.1 CONDIÇÕES MATERIAIS.....	5
1.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES.....	7
1.3 CONDIÇÕES OFERECIDAS PELA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA.....	10
2 AVALIAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA E NA ESCOLA PROFESSORA AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	18
2.1 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	19
2.2 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO/ PROVA BRASIL.....	22
2.3 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA	28
2.4 AVALIAÇÃO NA ESCOLA PROFESSORA AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	36
3 DESEMPENHO ESTUDANTIL E CONDIÇÕES DA ESCOLA PROFESSORA AMÉRICA DA COSTA SABÓIA	42
3.1 CONTEXTO DO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA	44
3.2 CONDIÇÕES SÓCIOECONÔMICAS E CULTURAIS DA REGIÃO E DOS ALUNOS	47
3.3 CONDIÇÕES MATERIAIS.....	52
3.4 CONDIÇÕES DE PESSOAL	55
3.5 DESEMPENHO ESTUDANTIL	61
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
5 REFERÊNCIAS	69

INTRODUÇÃO

A produção deste trabalho de pesquisa iniciou a partir do interesse pela investigação sobre o impacto das condições materiais, humanas e sociais nos resultados das avaliações externas e desempenho estudantil, tendo como base a proficiência da Prova Brasil e resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Nesta perspectiva, se sobressai a inquietação a respeito de algumas afirmações de que estudantes residentes ou oriundos de classes sociais menos favorecidas teriam maior dificuldade de aprendizagem e resultados baixos no desempenho acadêmico. Sendo assim, partiu-se de uma situação problema: o nível sócio econômico dos alunos é fator preponderante e interfere no desempenho acadêmico dos estudantes, Como se explicam os bons resultados das avaliações de escolas de regiões economicamente precárias?

Percebe-se, por meio da coleta de dados realizada na RME, que a *Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia* localizada na Vila Verde, situada no Bairro da Cidade Industrial de Curitiba, vem ao longo dos anos obtendo crescimento nos resultados em relação ao IDEB e em outros programas, avaliações e ações apontadas no decorrer da pesquisa. Este fato, de certa forma, parece contrariar o afirmado acima que crianças pobres têm dificuldade para aprender. O que leva estudantes que, historicamente, deveriam apontar baixos desempenhos de aprendizagem nas estatísticas, superarem as expectativas e atingirem resultados considerados satisfatórios? Nesta comunidade, a escola vem fazendo a diferença?

Buscando compreender a situação, foi realizada uma pesquisa com a finalidade de estabelecer algumas relações que pudessem indicar hipóteses para elucidar essa situação controversa. Entre as variáveis possíveis, destacam-se: a caracterização socioeconômica dos estudantes e da região; o índice de estudantes contemplados com a Bolsa Família; a proficiência em Matemática e Língua Portuguesa, na Prova Brasil; os dados de frequência e evasão dos estudantes, as condições materiais e os recursos humanos da unidade; os investimentos realizados pela escola; o trabalho desenvolvido pelos professores; além de outras condições próprias desta unidade escolar.

Com base nessas questões, o problema de pesquisa tornou-se evidente: Quais são os fatores que podem explicar a melhoria de desempenho de uma escola, tomando como referência os resultados apresentados pela *Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia*?

Assim sendo, esta investigação tem como objetivo geral identificar os elementos distintivos relacionados às condições oferecidas pela *Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia*, que contribuem para explicar o desempenho dos alunos nos períodos de 2007 a 2012.

Para isso, os objetivos específicos são analisar a estrutura e as condições materiais oferecidas pela escola, como a estrutura oferecida no que diz respeito aos recursos didáticos e programas de governo; as condições de pessoal em relação ao quadro de docentes da escola da escola, a rotatividade de professores, a formação continuada; e em relação ao desempenho estudantil, os dados referentes a frequência e evasão escolar, estabelecer correlação entre resultados de proficiência, IDEB e estudantes contemplados pelo Programa Bolsa Família; realizar comparações entre desempenho estudantil e condição socioeconômica da comunidade

A fim de concretizar a pesquisa, foram adotados alguns encaminhamentos metodológicos para o desenvolvimento do trabalho. O primeiro deles foi a busca dos dados em relação ao IDEB, a fim de identificar dados que se sobressaíam, dessa forma, foram selecionados para a pesquisa, quatro unidades educativas, que no decorrer das pesquisas acabaram sendo descartadas, sendo mantida apenas a *Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia*. Na sequência foram realizadas pesquisas com diretores, professores, análise do Projeto Político Pedagógico da escola, caracterização da comunidade. Para isso, foram utilizados os seguintes bancos de dados:

Paralelamente, foi feita uma revisão de literatura, com a finalidade de selecionar os referenciais teóricos, necessários para fundamentar e orientar a pesquisa que foi sendo delineada. Entre esses, destacam-se:

Esta pesquisa foi dividida em três capítulos complementares entre si. O primeiro aborda a fundamentação sobre as condições materiais da escola e as condições de trabalho do professor e as condições oferecidas pela mantenedora, a Prefeitura Municipal de Curitiba, por meio da Secretaria Municipal de Educação. O segundo capítulo faz uma retomada sobre os sistemas de avaliação e sua

implantação no Brasil, bem como uma reflexão geral sobre a avaliação na Rede Municipal de Ensino de Curitiba e, mais especificamente, na Escola Professora América da Costa Sabóia. Para tanto foi feita uma contextualização geral dos sistemas de avaliação, a Prova Brasil, os sistema de avaliação da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e a avaliação na escola em questão. Finalizando, o capítulo três, apresenta uma análise das condições expostas no primeiro capítulo cotejadas com os resultados das avaliações explanados no capítulo dois, focando especificamente a Escola Professora América da Costa Sabóia.

1 CONDIÇÕES DA ESCOLA E DESEMPENHO ESTUDANTIL

Atualmente, falar em qualidade na educação aponta, como um dos grandes desafios, a criação de indicadores que avaliem essa qualidade do ponto de vista material. Como é possível estabelecer critérios e parâmetros para dizer se uma escola oferece as condições apropriadas e adequadas para uma educação de qualidade ou não? É certo que os estudantes aprendem independente do espaço no qual estão inseridos; porém é certo que, se o espaço for adequado e oferecer condições mínimas de conforto, os processos de ensino e aprendizagem tendem a apresentar resultados de maior qualidade. Para dar conta desta demanda, algumas pesquisas estão sendo empreendidas com o objetivo de criar os indicadores que possibilitem o vislumbrar dessas respostas. Neste sentido, o ponto de partida é a definição do objetivo da educação escolar:

A educação, na sua acepção mais ampla, tem objetivos que ultrapassam o raio de ação da escola. A própria Constituição brasileira estabelece que a educação é dever do Estado e da família, ou seja, que a educação integral do ser humano exige a contribuição de outras estruturas sociais além da escola. No entanto, a escola e, conseqüentemente, o sistema escolar têm um papel diferenciado em relação à educação. De forma mais específica, essas estruturas devem possibilitar aos alunos oportunidades para a aquisição de competências cognitivas consideradas necessárias pela sociedade, prepará-los para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade, e ainda desenvolver seus talentos individuais. Assim, o objetivo da educação escolar, aquela parte da educação que ocorre no âmbito do estabelecimento escolar, pode ser sintetizado na expressão: Instruir, mas também educar; ou educar através da instrução. (SOARES, 2007, p.136)

Logo, para que a escola pública possa cumprir seu papel de forma integral, precisa ter condições mínimas de funcionamento. Para efetivação da garantia desse direito¹ é fundamental que o Estado exerça o seu papel proporcionando as condições mínimas para o bom funcionamento das unidades educativas que estão sobre a sua responsabilidade. Essas condições dizem respeito à estrutura física, material de consumo, limpeza, segurança, mas também ao provimento de pessoal qualificado para atender a todas as necessidades educativas da unidade. O texto que segue, procura apontar de forma sintetizada quais são essas condições e a sua importância no contexto educacional.

¹ Art. 205 da CF de 1988. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

1.1 CONDIÇÕES MATERIAIS

Pensar em uma estrutura adequada no que concerne às condições materiais da escola (CME), relaciona-se diretamente com a qualidade de ensino ofertado ao estudante. A aprendizagem pode acontecer em qualquer espaço a qualquer tempo, no entanto, dar condições adequadas para um ambiente educativo, é dever da mantenedora. Além disso, ao proporcionar o espaço adequado com recursos pedagógicos compatíveis às necessidades do estudante, resguarda-se o direito à aprendizagem do estudante.

As CME da escola não são centrais no processo ensino/aprendizagem, porque, mesmo sem telhado e sem equipamentos eletrônicos, é possível que uma criança aprenda. Entretanto, acredita-se que, para garantir um mínimo de qualidade nas escolas, como definem a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), são necessárias CME em proporções adequadas. (SCHNEIDER e GOUVEIA, 2011, p.62)

Ainda com base nas ideias de Schneider e Gouveia (2011) e estabelecendo uma relação com a construção do conceito de qualidade, é possível realizar algumas reflexões importantes em relação às condições do ensino que estão sendo oferecidas aos estudantes no que tange à qualidade nas escolas principalmente públicas. Isso quer dizer que a qualidade não pode aparecer em momentos fragmentados ou em recortes de situações como em avaliações ou atividades de cunho similar. A qualidade deve estar presente em todo o processo formativo do estudante. Uma das formas mais usuais de percepção da qualidade é por meio dos bons desempenhos dos estudantes quase sempre materializados por meio da nota.

A qualidade não é um termo autoexplicativo, pois, como a maioria dos termos, admite inúmeras significações e conteúdos, dada a condição polissêmica do seu conceito. Por isso, é difícil de conceituar qualidade, sobretudo, no âmbito educacional. Entretanto, é necessário evidenciar a amplitude desse conceito na formação integral do estudante.

A qualidade pensada dessa maneira relaciona-se com a garantia do direito à educação e estende-se por toda a formação do indivíduo, não sendo facilmente medida, afinal transcende a aprendizagem de conteúdos e vai se desenvolvendo no decorrer do processo formativo. Assim, opta-se por trabalhar com a ideia de condições de qualidade, uma vez que se quer perceber a ação do poder público e os elementos escolares que colaboram com a consolidação da qualidade educacional, ou seja, dessa formação humana e social. (SCHNEIDER e GOUVEIA, 2011, p.62)

Neste sentido, quando se aborda a questão das condições materiais, está se levando em conta todas as situações e meios que podem facilitar o desenvolvimento da aprendizagem e do ensino, além de possibilitar, portanto, a melhoria no processo formativo acadêmico.

Para que se possa chegar a um conceito ou uma definição mais coerente e objetiva de qualidade é necessária, portanto, a existência de alguns indicadores que possibilitem uma análise um pouco mais concisa do termo, tendo em vista a dificuldade de conceituação, a qual já fora anteriormente relatada.

A fim de dimensionar ou dar materialidade a esses indicadores, as autoras utilizaram, em uma pesquisa, os questionários aplicados aos professores e diretores de escola, no momento da aplicação da Prova Brasil aos estudantes. A partir deste instrumento, foram elaborados alguns indicadores para que sejam analisados no espaço escolar:

- 1) Estado de conservação das condições físicas (estado de conservação de telhado, paredes, piso, portas, janelas, banheiros, cozinha, instalações hidráulicas e elétricas);
- 2) Iluminação e ventilação (as salas de aula são iluminadas, arejadas? Existe uma boa iluminação do lado de fora da escola?);
- 3) Limpeza da escola (limpeza da entrada do prédio, paredes, portas, janelas, pátio, corredores, salas de aula, banheiros, cozinha);
- 4) Existência de computadores e internet (existência de computadores na escola, de computador para uso dos alunos, professores, exclusivo administrativo, computador com acesso à internet para uso dos alunos, professores);
- 5) Conservação dos equipamentos eletrônicos (conservação da televisão, da antena parabólica, do vídeo cassete, das máquinas fotocopadoras, do projetor de slides, do retroprojetor, da impressora, do aparelho de som);
- 6) Conservação do material pedagógico (conservação dos livros de estudo, dos livros de literatura, das revistas de informação geral, dos jornais, de revistas em quadrinhos); e
- 7) Avaliação do estado da escola pelo respondente (Como avalia esta escola, considerando as infraestrutura, condições gerais e as dependências externas?).(SCHNEIDER e BARBOSA, 2011, p.65)

Essas sete condições materiais ou indicadores apontados pelas autoras, caso observadas pela mantenedora e bem geridas pela equipe gestora da unidade educativa, podem colaborar para efetivação do direito à aprendizagem dos estudantes, visto que permitem um direcionamento mais claro para a equipe gestora, transformando o espaço estrutural da escola num ambiente educativo que possibilite inúmeras oportunidades de trabalhos pedagógicos diferenciados. Por

exemplo, um bom laboratório de informática, instalado e funcionando adequadamente, pode proporcionar ao professor, inúmeros recursos de ensino. Na mesma direção, é indiscutível a importância de uma boa biblioteca, com um repertório de livros adequado à idade e necessidades dos estudantes e ao planejamento elaborado pelo professor.

Casassus (2007, p.152) adverte que “(...) não ter infraestrutura faz diferença, mas tê-la não é garantia de melhora nas notas”. O autor afirma que escolas, que possuem excelentes materiais didáticos, quantidade suficiente de livros de boa qualidade literária disponível nas bibliotecas, além de computadores de alta tecnologia, podem não ser determinantes para a existência de um bom desempenho estudantil. Se esses materiais e condições de trabalho não forem colocados ao acesso dos estudantes por meio de um adequado planejamento docente, não haverá resultados de sucesso.

Outra situação apontada por Cassassus diz respeito às escolas que possuem recursos didáticos, porém não em quantidade suficiente, e por medo de perder o pouco que têm privam o acesso dos estudantes à utilização dos mesmos. É o caso, por exemplo, de algumas situações em bibliotecas, onde há um repertório de alta qualidade, porém o número de volumes por título é pequeno. Nestas situações, muitas vezes é restrita a retirada do exemplar da biblioteca para efetivação de empréstimos.

Não é imprescindível ter à mão todos esses recursos para que ocorra a aprendizagem; entretanto, as boas condições materiais facilitam tanto o processo de ensino quanto de aprendizagem, elevando assim a probabilidade de efetivação do direito à aprendizagem de qualidade ao estudante.

1.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES

As condições de trabalho do professor estão vinculadas a uma série de situações como número de estudantes por turma, tempo de trabalho diário, formação continuada, formação inicial do professor, tempo disponibilizado para o planejamento, remuneração salarial, condições de saúde, entre outras.

As condições de trabalho docente é um tema recorrente quando se menciona sobre a melhoria da qualidade de ensino, afinal o professor é o agente responsável por fazer com que a engrenagem do processo pedagógico seja de fato, efetivada dentro daquilo que é esperado e expresso nas leis dos diferentes âmbitos, municipal, estadual e federal.

Entre os princípios que deverão balizar o ensino, a Constituição Federal de 1988, elenca alguns que remetem às condições para a realização do trabalho docente:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

[...]

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

[...]

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988).

Para efetivação deste projeto de ensino, há necessidade de manter um conjunto de condições para que o corpo docente nas escolas possa efetivar, de fato, seu trabalho. Desta forma, há a necessidade de garantir a formação e as condições de trabalho do professor para cumprir os preceitos constitucionais.

Ao se tratar da melhoria na qualidade do ensino em *igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola* não há como não tratar das condições do trabalho docente. E, ao se falar das condições do trabalho docente, a discussão incide tanto na formação inicial quanto na formação continuada do professor, bem como nas condições de trabalho que são lhe dadas.

A qualidade da aprendizagem dos alunos é em grande parte influenciada pela qualidade dos processos que ocorrem na sala de aula, e a qualidade dos processos de aula passa peça compreensão que os docentes têm do que lá ocorre. Grande parte do que acontece numa sala de aula depende do que pensam e fazem os professores. (CASSASSUS, 2007, p.152),

Existem fatores que incidem nas condições do trabalho docente, entre estes podem ser apontados: a quantidade de estudantes por turma; a formação inicial; a formação continuada; a experiência de trabalho; as condições de manutenção da saúde; a carreira e o salário, considerando que, muitas vezes, os docentes vêm de

situações que precisam trabalhar em mais de um emprego para reforçar a renda familiar; além de outras.

A precariedade destas condições afeta a qualidade do ensino, ou seja:

Esses fatores trazem como consequências o estresse do docente, a queda da qualidade da sua aula, a impossibilidade de se aperfeiçoar constantemente e a falta de tempo para preparar e refletir criticamente sobre sua prática pedagógica. Sentem o desgaste físico e/ou mental de longas jornadas de trabalho, necessárias para fazer, frente à baixa remuneração e manter um padrão de vida razoável. Devido a esse sistema “burocrático” de ensino, o cotidiano do professor resume-se em: preparar aulas, atividades complementares ao material didático, preparar/corrigir pacotes e mais pacotes de provas/trabalhos e preencher uma infinidade de relatórios, nos horários que deveriam ser destinados a atualização pedagógica, ao lazer (como ir num teatro, cinema, museu, etc.), descanso e convívio social, com a “justa” remuneração de horas-atividade. (SILVA e ROSSO, 2008, p.2041).

O professor necessita de tempo, dentro de sua jornada de trabalho, para uma série de atividades extraclasse para cumprir com êxito a função docente. Em primeiro lugar, aponta-se o tempo adequado para planejar suas aulas e elaborar recursos didáticos com vistas a melhorar o desempenho das suas aulas. O professor precisa ter garantido também tempo e condições de formação continuada, que qualifiquem, aperfeiçoem e atualizem a sua prática pedagógica, na direção da garantia do direito do estudante a uma educação de qualidade, por meio de pesquisas, desenvolvimento de seu aporte teórico, conhecimento de novas metodologias de trabalho e recursos didáticos.

Além disso, precisa ter tempo para seu convívio social e aprimoramento de seu patrimônio cultural. A intensificação do trabalho pode contribuir para uma desqualificação docente, tendo em vista que a grande demanda de trabalho pode vir a comprometer sua atividade profissional e sua saúde.

Oliveira (2004), aponta em seus estudos, a questão da precarização do trabalho docente. Relata que, a partir de movimentos de reformas que aconteceram na América Latina na década de 1990, marcaram o campo da educação por meio de regulações nas políticas educacionais. Essas regulações trouxeram importantes mudanças no que tange à organização e a gestão do processo educacional.

Ainda em relação a isso a Oliveira (2004, p.1132) destaca que “[...] O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao

planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação.” Salienta que o professor passa a realizar não só atividades docentes, como também realizar o trabalho de psicologia, enfermeiro, assistente social entre outras demandas necessárias no interior de uma unidade educativa.

Essas condições de trabalho acabam por sobrecarregar o professor, que também é muito cobrado pelos resultados de desempenho educacional dos seus estudantes.

1.3 CONDIÇÕES OFERECIDAS PELA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA

A Rede Municipal de Ensino de Curitiba oferta vários programas e projetos, sendo alguns elaborados e mantidos pela própria Secretaria Municipal de Educação (SME) e outras em parceria com outras entidades federativas e instituições, como o Ministério de Educação e Cultura (MEC), a Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS), a Fundação Cultural de Curitiba (FCC) entre outras. O objetivo dessas ações é melhorar o desempenho estudantil nas escolas da RME de Curitiba, além de fomentar e enriquecer o repertório acadêmico e cultural dos estudantes.

Entre as ações desenvolvidas pode-se destacar: o Programa Mais Educação; o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem); o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); o Programa Escola Acessível; a Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE); o Transporte Escolar; o Programa de Formação continuada; a Rede Municipal de Bibliotecas; o Projeto de Apoio Pedagógico; o Centro Regional de Educação de Jovens e Adultos (CEREJA); o Atendimento domiciliar; o Centro Municipal de Atendimento Especializado (CMAE).

O Programa *Mais Educação* tem em vista ampliar o trabalho da Educação em Tempo Integral. Segundo o Manual Operacional da Educação Integral (documento fornecido pelo MEC em 2012), o programa fomenta atividades organizadas em macrocampos, são eles: Acompanhamento Pedagógico, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Esporte e Lazer, Educação em Direitos Humanos, Cultura, Artes e Educação Patrimonial, Cultura Digital, Promoção da

Saúde, Comunicação e uso de Mídias, Investigação no Campo das Ciências da Natureza, e Educação Econômica/Economia Criativa.

As escolas, com base nesses macrocampos e nas Diretrizes Curriculares do Município, deverão elaborar planos de atendimento para aplicação de atividades:

Os Planos de Atendimento deverão ser definidos de acordo com o projeto político pedagógico das unidades escolares e desenvolvidos, por meio de atividades, dentro e fora do ambiente escolar, ampliando tempo, espaço e oportunidades educativas, na perspectiva da Educação Integral do estudante.

Para as escolas que já participam do Programa Mais Educação é importante, também, a inclusão de informações das atividades realizadas na aba “documentos anexos” no SIMEC. (...) A escola poderá escolher três ou quatro macrocampos, dentro destes, poderá optar por cinco ou seis atividades para serem desenvolvidas com os estudantes. (BRASIL, 2012, p.8.9)

As escolas elaboram um plano de investimentos que busque atender as necessidades pedagógicas da unidade, sendo que os recursos para a implementação das atividades é repassado por meio do Programa Direto na Escola (PDDE). O valor de recurso é calculado tendo como base o número de estudantes da Unidade Executora (escola). Esse plano deve estar em consonância com as diretrizes curriculares do município e deve ser elaborado pelos profissionais da escola de forma coletiva.

O *Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa* (PNAIC). Segundo dados do MEC:

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. (BRASIL, MEC, 2013)

Trata-se, portanto, de um programa de formação continuada destinado aos professores que atuam com classes de alfabetização, ou seja, os professores responsáveis por turmas do 1º ao 3º Ano do Ensino Fundamental.

No Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa serão desenvolvidas ações que contribuam para o debate acerca dos direitos de aprendizagem das crianças do ciclo de alfabetização; para os processos de avaliação e acompanhamento da aprendizagem das crianças; para o planejamento e avaliação das situações didáticas; para o conhecimento e uso dos materiais distribuídos pelo Ministério da Educação, voltados para a melhoria da qualidade do ensino no ciclo de alfabetização. (BRASIL, MEC, 2013)

Esse programa teve início efetivo em 2013. A formação acontece em encontros periódicos onde os professores estudam, discutem e refletem sobre as práticas pedagógicas e colocam em prática nas suas salas de aula, aperfeiçoando seu fazer pedagógico.

O *Programa Nacional de Inclusão de Jovens* (Projovem) foi criado a partir da Lei Nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Conforme o MEC, o objetivo do Projovem é:

Elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso, conforme previsto no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, MEC, 2013).

Sendo assim, o programa busca colaborar com a formação profissional de jovens de baixa renda, que precisam estar articulados e inseridos no mercado de trabalho.

O *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD): Programa que leva a todos os estudantes da Rede Pública, de forma gratuita, livros de todos os componentes curriculares. Os estudantes utilizam livros que são escolhidos pelos professores e pedagogos a partir de uma lista de títulos previamente selecionados pelo MEC, levando em conta critérios como: adequação de conteúdo, diagramação, qualidade estética entre outros critérios. Para orientar no processo relacionado à escolha dos livros, a SME organizou encontros com os professores envolvidos na escolha, para reflexão e análise dos livros didáticos referentes ao próximo triênio.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.

O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos nos anos subsequentes. (BRASIL, MEC, 2013)

Os estudantes recebem seus livros no início do ano letivo, cabendo ao MEC fazer as reposições necessárias e à mantenedora acompanhar a logística de solicitação de mais livros e distribuição dos mesmos.

As *Salas de Recursos Multifuncionais* apoiam o sistema de ensino comum. Essas salas possuem materiais pedagógicos e de acessibilidade para a realização do *Atendimento Educacional Especializado*, complementar ou suplementar à escolarização.

De acordo com os dados do MEC, este programa tem como objetivo:

Apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. (BRASIL, MEC, 2013)

Este programa faz parte de uma rede de apoio que auxilia o professor da classe comum para o atendimento pedagógico dos estudantes com dificuldades. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial, o público alvo atendido nas Salas de Recursos Multifuncionais é:

- Alunos com deficiência - aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruído sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento - aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo síndromes do espectro do autismo psicose infantil;
- Alunos com altas habilidades ou superdotação - aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, MEC, 2010)

Programa Comunidade Escola: de acordo com o site oficial da SME de Curitiba, o Portal Cidade do Conhecimento², tem-se:

O Comunidade Escola é o programa da Prefeitura de Curitiba que mantém as escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba abertas para a

² Site da Secretaria Municipal de Educação em Curitiba. Traz informações educacionais das unidades educativas que compõe a Rede Municipal de Ensino de Curitiba, oferta e inscrição de cursos, divulgação de projetos e eventos ocorridos nas unidades educativas e proporcionados pela SME ou pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

comunidade, aos sábados e domingos, das 9h. às 17h, num compromisso com a continuidade, o aperfeiçoamento e as mudanças nas áreas de atendimento a demandas sociais, abrangendo o combate à violência, a ação social e a segurança alimentar, a educação infantil e o ensino fundamental, a cultura e o esporte e lazer. Instituído pelo Decreto n.º 1.218 de 11/08/2005.

Lançado em 2005, tem se consolidado como importante política de desenvolvimento social do município, promovendo as escolas municipais como espaços abertos de conhecimento e irradiação da vida da comunidade, ampliando a diversidade das ações e o tempo de utilização dessas escolas. O programa possibilita à comunidade o acesso gratuito a atividades socioeducativas de qualidade, promovidas por instituições da sociedade civil organizada de Curitiba, por voluntários e pela Prefeitura Municipal (CURITIBA, Portal Cidade do Conhecimento, 2013).

O programa mantém abertas algumas escolas nos fins de semana. Realiza atividades esportivas, cursos de artesanato, geração de renda além de apoio pedagógico por meio de parcerias com cursos de algumas faculdades e universidades.

Para o *transporte escolar* são oferecidos ônibus que fazem duas ações distintas: acesso aos estudantes que moram em comunidades em que as escolas estão distantes; passeios em espaços culturais e de lazer com os estudantes durante a aula mediante prévio planejamento docente. Além dessas ações há o Sistema SITES (Sistema Integrado de Transporte para o Ensino Especial). Esse sistema faz o transporte, por meio de ônibus adaptado dos estudantes das escolas especiais.

O *Programa de Formação Continuada* oferece cursos a todos os profissionais da educação da RME mediante a prévia inscrição.

O *Programa Nacional Biblioteca da Escola* (PNBE), de acordo com o MEC (2013) “[...] tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência.” O programa complementa o acervo literário das bibliotecas instaladas nas escolas da RME de Curitiba.

A *Rede Municipal de Bibliotecas* de Curitiba é formada pelas bibliotecas escolares, *Faróis do Saber*³ e *Gibitecas*⁴. Conta com um acervo que está à

³ Os Faróis do Saber são bibliotecas comunitárias existentes em vários bairros de Curitiba. Funcionam em apoio às escolas municipais e como pontos de referência cultural e de lazer para a comunidade. No total, são 45 faróis. O acervo referencial é de cinco mil livros e alguns incluem acesso gratuito à Internet banda larga. O primeiro foi inaugurado em 1994, em Vista Alegre. A construção é modular, em estrutura metálica. Em geral, são 88 m² de área construída e a torre tem 10 metros de altura. O nome tem inspiração no antigo Farol e na Biblioteca de Alexandria. (Disponível em <http://www.escola-curitiba.com/farois.htm>, acesso em 2013)

disposição de professores, funcionários e estudantes das escolas, além de toda a comunidade. Nesses espaços além de empréstimos de livros, são desenvolvidas atividades culturais, sendo que a mais procurada é a contação de histórias. Segundo dados disponíveis no site da FIEP-PR(2013), as bibliotecas da Rede Municipal de Curitiba “[...] Ofertam serviços de consulta local, empréstimos de livros, projetos culturais e de incentivo à leitura (contação de histórias, teatro, música, dança dentre outros) e acesso gratuito à internet nos Faróis do Saber.

O *Projeto de Apoio Pedagógico* se realiza por meio da ampliação da carga-horária escolar para os estudantes que necessitam de um trabalho pedagógico mais individualizado para apropriarem-se dos conteúdos escolares. De acordo com o documento orientador para o apoio pedagógico, tem-se:

Tendo em vista que os estudantes necessitam de tempos e espaços diferenciados para aprender, é responsabilidade da instituição escolar organizar o trabalho didático-pedagógico de modo a propiciar condições necessárias para que a aprendizagem de todos os estudantes seja efetivada, o que implica em compromisso de todos os profissionais que atuam na escola. A oferta do apoio pedagógico situa-se nessa perspectiva, sendo determinado inclusive na legislação educacional. (CURITIBA, 2013)

Os estudantes são indicados para participar desta ação educativa, pelos seus professores, a partir da identificação das dificuldades por meio de avaliação diagnóstica.

O *Centro Municipal de Atendimento Especializado (CMAE)* oferece serviço de orientação aos profissionais da educação, identificação de estudantes com necessidades educacionais especiais e específicas, efetivação da Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional, realização de atendimentos terapêutico-educacionais. A Equipe do CMAE: pedagogos especializados, professores especializados em Reeducação Visual, professores Especializados em Reeducação Auditiva, apoio escolar, psicólogos e fonoaudiólogos.

De acordo com a Coordenadoria de Atendimento às Necessidades Especiais (CANE), tem-se o seguinte conceito para o CMAE:

Os CMAEs funcionam como uma rede apoio às escolas. Além dos atendimentos aos estudantes, fazem o trabalho de orientação aos professores tendo

⁴ Gibiteca. É um espaço de leitura voltado para as histórias em quadrinhos. São espaços em que os usuários podem fazer leituras e participar de oficinas diversas que são lá ministradas.

em vistas as necessidades apontadas pelos estudantes atendidos nestes centros de atendimento.

As *Classes Especiais* funcionam nas escolas regulares. De acordo com as Diretrizes Curriculares do Município de Curitiba:

As **Classes Especiais** no Ensino Fundamental estão baseadas legalmente na Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001. (...)Os estudantes matriculados em escola de Ensino Regular que apresentam características e necessidades educativas diferenciadas são encaminhados à Classe Especial por meio da Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional feita por profissionais especializados. Os estudantes atendidos em Classe Especial, com idade variando de seis a dezoito anos, são aqueles que têm deficiência mental leve ou fazem parte de casos específicos com comprometimentos múltiplos, constatados e confirmados pela Equipe de Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional. A Classe Especial constitui-se em uma sala de aula nas escolas do Ensino Regular, assumindo o desafio de garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos. É organizada de forma a constituir ambiente próprio e adequado ao processo ensino-aprendizagem, distinguindo-se por oferecer atendimento de caráter transitório. Nas Classes Especiais, o plano de ensino segue uma proposta específica estabelecida pela SME, devendo ser individualizado, segundo uma práxis ativa, interativa e dialógica, valorizando o potencial e favorecendo o desenvolvimento da autonomia e independência de cada estudante. Entende-se por autonomia a capacidade de executar tarefas por meio de estratégias estabelecidas; e por independência entende-se a capacidade de criar e gerenciar estratégias próprias para solução de situações do cotidiano. (CURITIBA, 2006, p.18-19)

Para matrícula e ingresso na Classe Especial, o estudante precisa passar por Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional que pode ser realizada no CMAE ou em instituição particular de acordo com a escolha da família. Se esta optar pela segunda opção, precisa ter clareza de que o procedimento deve ser realizado por um psicólogo e um pedagogo.

As *Salas de Recursos* funcionam em escolas regulares prestando atendimento individualizado ou em pequenos grupos para os estudantes com dificuldades de aprendizagem e que necessitam apropriar-se de algumas competências e habilidades para compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

As Diretrizes Curriculares do Município de Curitiba apresentam a seguinte definição para as Salas de Recursos:

As **Salas de Recursos** foram implantadas nas escolas de Ensino Regular na Rede de Ensino da Prefeitura Municipal de Curitiba no ano de 1990, com base na Deliberação n.º 020/86 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que estabelecia normas para o funcionamento a partir da necessidade de oferecer atendimento especializado aos estudantes que apresentavam dificuldades de aprendizagem, com sua permanência em classes comuns.(...) As Salas de Recursos têm seu funcionamento em alguns estabelecimentos de Ensino Fundamental, com disponibilidade de vagas predefinidas na proposta que orienta as ações da referida modalidade, obedecendo ao calendário escolar da unidade onde estão inseridas.(...) As Salas de Recursos têm seu trabalho pautado numa proposta específica determinada pela SME, oferecendo atendimento educacional, individual ou em grupos, a estudantes do Ensino Fundamental que apresentam dificuldades de aprendizagem. Essas dificuldades podem ser originadas por fatores cognitivos, psicolingüísticos, psicomotores, funcionais, socioculturais, ambientais, nutricionais e/ou socioeconômicos, e não ser vinculadas a uma causa orgânica específica (dificuldades específicas de aprendizagem, como a dislexia e disfunções correlatas) (...)O trabalho desenvolvido contempla as diferenças individuais, oportunizando o acesso à aprendizagem, mediante atendimento diferenciado, visando ao desenvolvimento das habilidades e potencialidades dos estudantes. Sendo assim, deverá ser de caráter transitório. (CURITIBA, 2006, p.16-17)

Tal como acontece na Classe Especial, para matrícula e ingresso na Sala de Recursos, o estudante precisa passar por Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional.

Todas essas ações têm como objetivo a qualidade da aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.

2 AVALIAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA E NA ESCOLA PROFESSORA AMÉRICA DA COSTA SABÓIA

A década de 1990 é marcada por um processo de reformas que atinge a educação brasileira em vários níveis e modalidades de ensino, tendo em vista dois fatores importantes. De um lado, a aprovação da Constituição de 1988, que tem como consequência o processo de elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e, de outro, a crise econômica mundial, que gera um ajuste no sistema produtivo e uma reforma de Estado. As mudanças que vão se delineando são pautadas na reestruturação do modelo econômico capitalista e nos novos modelos de gestão.

Segundo MICHELS (2006):

As reformas sociais em curso propõem mudanças em relação a diferentes aspectos. Um deles diz respeito à reforma do Estado. Para a manutenção do capitalismo, o neoliberalismo (ou neoconservadorismo) vem propondo modificações em relação ao papel que o Estado deve desempenhar. Este deixa de ser um “Estado intervencionista” e de bem-estar (lembrando que este último não se consolidou no Brasil de maneira efetiva) para constituir-se em um “Estado regulador” (MICHELS, 2006, p.408)

Em relação à educação, e especificamente sobre o trabalho desenvolvido na escola, o papel do Estado pode ser analisado sob pontos distintos. Primeiramente a retirada do Estado como provedor e responsável integral sobre todas as ações se dá mediante a entrada de organismos não governamentais e empresas privadas nos órgãos que até então, eram de responsabilidade exclusiva do Estado.

Neste contexto, adjacente a outras mudanças no sistema de administração e gestão, o Estado reduz suas obrigações, descentralizando várias ações para as demais unidades federativas, mas, mantendo o controle de sua governabilidade por meio de processos de avaliação.

De acordo com Gaiofatto (2012):

A Educação passa por reformas em sua estrutura e orientações, destacando-se as seguintes: redistribuição de recursos; descentralização da execução do gasto; reforço da progressividade e redistributividade dos recursos; reequilíbrio regional da alocação; descentralização; desconcentração dos recursos e funções; participações dos pais; parcerias com a sociedade civil; modernização dos conteúdos; diversificação das carreiras; criação de sistemas

nacionais de capacitação docente; e criação de um sistema nacional integrado de avaliações educacionais (GAIOFATTO, 2012, p3.).

Um elemento que aparece, no contexto desse processo de reforma e reestruturação do ensino realizada pelo Estado, é, portanto a implantação de sistemas de avaliação. Neste contexto, o Estado constrói um aparato para a criação de mecanismos de controle dos resultados e indução da reorganização do currículo e das práticas de ensino, com o objetivo de garantir a qualidade na educação, por meio de políticas educacionais diversas.

Assim, este capítulo tem como propósito explicar sobre a implantação dos sistemas de avaliação no Brasil, os desdobramentos desta política na Rede Municipal de Educação de Curitiba e, particularmente, na *Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia*.

2.1 SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

No Brasil, a política que estabelece um sistema de avaliação, é bastante recente, constando da década de 1990, com as Reformas que acontecem a partir da instituição da Constituição de 1988. Até este período, as políticas educacionais implementadas não avaliavam os resultados do desempenho estudantil por meio de testes de larga escala.

Decorrentes desta necessidade de controle e definição de um padrão de qualidade do ensino oferecido à população, passa a ser constituído um sistema de avaliação que permitisse uma análise do desempenho estudantil com base em dados quantitativos. Atualmente, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a política nacional de avaliação vigente abrange o *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica* (SAEB); a *Avaliação Nacional do Rendimento Escolar* (ANRESC), também denominada "Prova Brasil"; o *Exame Nacional do Ensino Médio* (ENEM); o *Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior* (ENADE); o *Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos* (ENCEJA); e o *Sistema de Avaliação do Ensino Superior* (SINAES). A Prova Brasil compõe um dos elementos que geram o *Índice da Educação Básica no Brasil* (IDEB) (INEP, 2013).

Concomitantemente à instituição de um sistema nacional de avaliação, vários estados e municípios passaram a instituir os seus próprios sistemas com o objetivo de supervisionar e orientar o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem nas suas redes de ensino. Ainda que apresentem problemas, esses sistemas de avaliação permitem não só o controle do processo de aprendizagem, mas a identificação de problemas e a possibilidade de levantamento de possíveis soluções para os mesmos. Além disso, os resultados devem servir também como uma prestação de contas para a sociedade, de uma forma geral, de como está a qualidade do ensino ofertado. Possibilita também um debate público em torno dos desafios da educação em vigência, além de ser uma forma que dá mais transparência ao ensino e publiciza os resultados, como é o caso do IDEB.

Embora existam inúmeras divergências quanto à eficácia de um sistema de avaliação de larga escala, há concordância de que a avaliação, se bem efetivada no seu processo de construção, desenvolvimento e finalização para obtenção dos resultados, constitui-se num instrumento que contribui para avaliar a qualidade na educação. Esse processo é decorrente da possibilidade que avaliação traz de fazer uma análise do desempenho estudantil. Até pouco tempo, a única fonte que a escola e os sistemas de ensino tinham para realizar uma reflexão sobre os resultados da educação escolar eram os levantamentos sobre acesso, permanência, evasão e reprovação. Com as avaliações em larga escala, o leque de possibilidades de análise amplia-se fornecendo novos focos de análise, bem como novos dados para comparações.

Há que se levar em conta, também, que a avaliação em larga escala tem questões que precisam ser revistas, afinal não se trata de um sistema perfeito. Alguns pontos que precisam ser retomados dizem respeito à presença da subjetividade na interpretação dos dados e na aplicação das mesmas, bem como, por ser um instrumento de controle padronizado, não leva em conta a desigualdade e a diversidade dos sistemas e das situações expostas nas diferentes comunidades, limitando-se, por vezes, à classificação e ao ranqueamento de resultados.

Esses pontos levam as escolas à inquietação e merecem atenção por parte dos gestores dos sistemas de ensino, bem como dos mentores e elaboradores das avaliações. Há também pressão consequente da obtenção de um bom desempenho das provas. Isso gera nos professores, o desejo em preparar os seus estudantes

para a prova, esquecendo a intenção da avaliação da aprendizagem dos conhecimentos como finalidade da prova.

Outro problema que se apresenta é a provável falta de conhecimento dos professores sobre o sistema como um todo e sobre a metodologia da prova, fator imprescindível para uma melhor leitura dos resultados que são apontados.

Segundo Castro (2009), as avaliações em larga escala, possibilitam maior visibilidade e transparência aos processos de aprendizagem tendo em vista que apresentam um quadro geral abordando os seguintes aspectos:

- O que os alunos estão aprendendo? Em que medida, os resultados obtidos correspondem ao que se espera deles ao final dos diferentes ciclos ou níveis de aprendizagem?
- Quais os fatores que melhor explicam os resultados positivos ou negativos da educação? Quais os efeitos da repetência? Ou do processo de alfabetização nas séries iniciais? Ou de aspectos como salários, carreira e formação dos professores? Em que medida o envolvimento dos pais nas atividades escolares dos filhos incide sobre os resultados?
- Qual é o grau de equidade observado nos resultados da aprendizagem? Como as desigualdades sociais, econômicas e culturais de uma dada sociedade incidem sobre as oportunidades de aprendizagem? Que características escolares diminuem o impacto do nível socioeconômico nos resultados da aprendizagem? (CASTRO, 2009, p21.)

Percebe-se que um sistema de avaliação bem organizado e planejado pode, inclusive, proporcionar modificações nas estruturas básicas de um sistema de ensino, como por exemplo, o currículo a ser trabalhado.

Essa avaliação, apesar de ser externa à escola, não necessariamente tem que ser externa à rede, ou seja, preparada fora da rede avaliada. Ela pode ser construída pelas secretarias de educação de forma a envolver as escolas e os professores no próprio processo de elaboração da avaliação, de maneira que esta seja realizada com legitimidade técnica e política. Os resultados obtidos na avaliação de sistema devem ser enviados às escolas para serem usados, tanto na sua avaliação institucional, como pelo professor na avaliação da aprendizagem dos alunos. E por fim, temos os sistemas de avaliações nacionais como SAEB, Prova Brasil, Enem, Enade, que passaram a ser implementados no Brasil ainda nos anos 90 e que cumprem a função de traçar para professores, pesquisadores e para a sociedade, em geral, um panorama da situação da educação no país, em seus diversos níveis de ensino. Tais sistemas cumprem um papel social importante, na medida em que têm como propósito dar subsídios para a construção de uma escola de melhor qualidade. Os resultados dessas grandes avaliações devem ser amplamente divulgados e debatidos nas escolas, redes, meios de comunicação para que, de fato, se tornem um instrumento de democratização do sistema educacional brasileiro (FERNANDES e FREITAS, 2007, p.39).

Outro ponto a ser observado, na citação de Castro (2009), são as características presentes nas condições materiais e humanas que são garantidas no espaço escolar. Com a democratização do ensino no Brasil, houve uma expansão do acesso, permitindo que todos, independente da classe social na qual estão inseridos, possam ter acesso à educação básica obrigatória, conforme exposto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que especifica:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Como decorrência da expansão das matrículas, também, sucedeu a necessária expansão relativa ao quadro docente e estrutural da escola para dar conta de atender a demanda implícita em todo o processo de garantia da educação para todos. Se essas condições não atenderem padrões mínimos de qualidade, a aprendizagem acabará ficando deficitária.

Ainda segundo Castro (2009):

[...] a democratização da educação acarretou também uma forte massificação do acesso à profissão docente, a qual infelizmente não foi acompanhada por mecanismos para garantir sua adequação à nova realidade e a qualidade da formação inicial oferecida pelas instituições formadoras (CASTRO, 2009, p. 7).

Neste sentido, as avaliações acabam por facilitar uma análise do processo educacional geral, possibilitando aos sistemas de ensino reparar deficiências e distorções, bem como indicar necessidades relacionadas ao provimento de melhores condições materiais e humanas nas escolas.

2.2 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO/ PROVA BRASIL

Segundo o INEP(2013):

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo

sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.(BRASIL, INEP, 2013)

Este sistema expõe como finalidade a contribuição para a melhoria da qualidade do ensino ofertado, bem como dar condições a universalização ao acesso de forma qualitativa, através da formulação e monitoramento das políticas públicas implementadas. Procura também oferecer dados e indicadores que possibilitem uma análise crítica do desempenho dos estudantes em componentes curriculares como Língua Portuguesa e Matemática, visto que estas são os componentes curriculares até agora avaliados. A análise desses dados e indicadores é um dos instrumentos que possibilita a proposição de políticas educacionais que visam uma melhor qualidade do ensino público oferecido.

Além da aplicação das provas nas quais são verificados os desempenhos dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, o SAEB utiliza-se de questionários socioeconômicos aplicados aos professores, alunos e diretores, nos quais são verificados o contexto de funcionamento e as condições da escola e o contexto no qual o estudante está inserido, bem como fatores associados às condições de formação e de trabalho dos docentes.

Este Sistema de Avaliação, adotado desde 1997, teve sua estrutura alterada pela Portaria nº 931, de 21/3/2005, que resultou em dois processos de avaliação distintos: a *Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB)* e a *Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC)*.

A *Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB)* tem abrangência amostral. É constituída por estudantes de escolas públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais. São estudantes matriculados na 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio. O principal objetivo desta avaliação é buscar dados que apresentem um quadro de como se encontra a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira.

A ANEB, conforme a Portaria nº 89 do INEP, de 25/5/2005, publicada no DOU em 27/5/2005, mantém o encaminhamento dado pelo SAEB, descrito anteriormente, com a aplicação da Prova do SAEB, a cada dois anos, para avaliação da proficiência em Matemática e Língua Portuguesa, garantindo a continuidade da série histórica desses dados sobre estudantes de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio das redes públicas e privadas do Brasil (CURITIBA, 2008, p.13).

A *Avaliação Nacional do Rendimento Escolar* (ANRESC) também é denominada por "Prova Brasil". Trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal.

A avaliação denominada Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc (Prova Brasil), realizada a cada dois anos, avalia as habilidades em Língua Portuguesa (foco na leitura) e em Matemática (foco na resolução de problemas). É aplicada somente a estudantes de 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano de escolas rede pública de ensino com mais de 20 estudantes matriculados por série alvo da avaliação. Tem como prioridade evidenciar os resultados de cada unidade escolar da rede pública de ensino, com os objetivos de:

- a. contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, redução de desigualdades e democratização da gestão do ensino público;
- b. buscar o desenvolvimento de uma cultura avaliativa que estimule o controle social sobre os processos e resultados do ensino. (BRASIL, MEC, 2008)

A nota da Prova Brasil é um dos componentes do IDEB, criado pelo INEP em 2007. Este índice tem sido usado como um instrumento de análise e proposição de políticas públicas para a educação. Constitui-se como uma forma de verificação do desempenho das escolas, conciliando a análise de dois importantes indicadores para verificação da qualidade da educação, a saber, o fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Segundo dados do INEP (2013), o IDEB “[...] agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas.”

Para realização do cálculo, são utilizados os dados sobre aprovação escolar, retirados no Censo Escolar⁵ a partir dos dados da unidade educativa e médias de desempenho nas avaliações da Prova Brasil, (componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática).

⁵ O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar. (INEP, 2013).

Esse índice é uma medida da qualidade educacional que combina dois indicadores já utilizados para monitorar o sistema de ensino: informações sobre o fluxo escolar (tempo gasto pelos estudantes para concluir o nível de ensino) e desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental (4ª e 8ª séries) e do Ensino Médio (3ª série) nas avaliações padronizadas (proficiência média na Prova Brasil/Prova do SAEB) (CURITIBA, 2008, p.18).

Esses dois indicadores são complementares entre si, motivo que resultou na escolha de ambos. A complementaridade se aplica, considerando os seguintes problemas: não é desejável que o estudante alcance pontuação elevada nas avaliações externas porém em um sistema educacional que reprova sistematicamente, gerando, por consequência, evasão e abandono escolar antes do período destinado à terminalidade da Educação Básica, porque pode apontar para uma situação em que o ensino não oferece qualidade a todos os estudantes; por outro lado, a conclusão da Educação Básica dentro do período legalmente previsto e com baixas taxas de evasão, com concluintes apresentando baixos resultados acadêmicos, também não é o que se almeja. Sendo assim, um sistema de ensino é considerado ideal quando todos os estudantes têm acesso à escola e nela permanecem, recebendo um ensino de qualidade e por consequência altos desempenhos nos resultados das avaliações acadêmicas.

O IDEB, portanto, trata-se de:

(...) um índice que combina: a) pontuação média dos estudantes em exames padronizados ao final de determinada etapa da Educação Básica; b) taxa média de aprovação dos estudantes da correspondente etapa de ensino, o IDEB favorece que se busque o equilíbrio possível entre esses dois processos, apresentando como resultado a medida da qualidade da educação (CURITIBA, 2008, p.18).

A Prova Brasil avalia, assim, o desempenho não só das unidades educativas como também dos sistemas de ensino. Esta avaliação da Educação Básica é organizada pelo INEP com periodicidade bianual, focando os componentes Curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

Para calcular o IDEB, o INEP utiliza o seguinte cálculo:

$$\text{IDEB} = \mathbf{N} \times \mathbf{P}$$

$$0 \leq N \leq 10; \quad 0 \leq P \leq 1 \quad \text{e} \quad 0 \leq \text{IDEB} \leq 10$$

N = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10.

P = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino.

Unidade	Proficiência Média na Prova Brasil	
	Matemática	Língua Portuguesa
Escola Modelo	219,21	205,88

$$n^{mat} = \frac{219,21 - 60}{322 - 60} \times 10 = 6,08 \quad n^{lp} = \frac{205,88 - 49}{324 - 49} \times 10 = 5,70$$

$$\frac{n^{mat} + n^{lp}}{2} = 5,89 = \mathbf{N}$$

Quadro 1 – Fórmula de cálculo do IDEB

Fonte: SME, Caderno “Avaliação na Rede Municipal de Ensino de Curitiba e a qualidade da Educação – 2005 a 2010.”

A citação seguinte, com base nos dados do INEP (2013), explica como são calculados os valores de aprovação e proficiência, a fim de que se chegue ao valor do IDEB:

O Ideb é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Inep. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para Idebs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos Idebs dos estados e nacional) (BRASIL, INEP).

Tomando por base esta fórmula, é possível constatar que, quanto melhor for o desempenho acadêmico do estudante em relação à proficiência obtida em Língua Portuguesa e matemática e quanto maior for o índice de frequência dos estudantes, melhor será o IDEB da Unidade.

A partir do ano de 2013, foi instituída a *Avaliação Nacional da Alfabetização* (ANA), compondo o Sistema Nacional de Avaliação. Trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, com o objetivo de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas. Segundo Ferrão:

O SAEB pretende contribuir, por um lado, para a universalização do acesso à escola e, por outro, para a ampliação da equidade e da eficiência do sistema educacional brasileiro. Nesse contexto, fornece subsídios à formulação de políticas e diretrizes adequadas à diversidade de situações presentes nos estados e regiões brasileiras, constituindo-se como uma referência nacional no que diz respeito ao desempenho escolar da população discente. (FERRÃO, 2001, p.112)

Ao longo dos anos de implementação do SAEB, aconteceram algumas mudanças. Como por exemplo, quanto aos seus aspectos metodológicos, recentemente, foi incorporado o componente curricular de Ciências Naturais na avaliação da Prova Brasil e, no âmbito operacional, quanto a organização de logística, foi incluída a contratação de profissionais para aplicação das provas, entretanto os objetivos permaneceram os mesmos:

(...) identificar os problemas do ensino e suas diferenças regionais; oferecer dados e indicadores que possibilitem uma maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos; proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos; desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições educacionais de ensino e pesquisa; consolidar uma cultura de avaliação nas redes e instituições de ensino (FERRÃO, 2001, p112).

Em relação ao modelo metodológico utilizado pelo SAEB, Ferrão explica que:

De fato, o SAEB utiliza procedimentos metodológicos de pesquisa, formais e científicos, com o objetivo de coletar dados sobre o desempenho dos alunos e as condições intra e extraescolares que nele interferem. Além disso, com base nos dados coletados pelo SAEB é possível sugerir programas que contribuam para a melhoria do funcionamento das escolas. A análise dos resultados do desempenho do aluno no âmbito do SAEB permite, ulteriormente, verificar o desempenho dos sistemas de ensino, fornecendo informações que possibilitam a adoção de programas e projetos voltados à melhoria de sua qualidade. (FERRÃO, 2001, p112)

A instituição do SAEB no Brasil marca um período histórico, tendo em vista que disseminou a cultura da avaliação, entendendo esta como um requisito essencial para promover a melhoria da qualidade do ensino, através do domínio de determinadas habilidades e conhecimentos, considerados indispensáveis para o acesso do indivíduo ao convívio social. Por meio dos dados coletados nos questionários aplicados no período da aplicação da Prova Brasil, os Sistemas de

Ensino, bem como diretores, professores, pais e alunos podem analisar o quadro de desempenho das suas unidades de ensino e avaliar quais as possibilidades de avanço, para obter sucesso nas provas.

Ressalta-se ainda, que, apesar da proposta da Prova Brasil pautar-se na transparência e na divulgação dos resultados com vistas a melhorar o desempenho de ensino das escolas, essa pode não ser uma condição de todas as unidades educativas, visto que vai depender também do posicionamento da gestão da escola em relação à publicização dos resultados frente à comunidade escolar. A avaliação passa a ter validade quando o professor, mediante os resultados alcançados, pode rever seu planejamento criando novas estratégias de ensino com vistas a melhorar o desempenho estudantil.

De acordo com as pesquisas realizadas pela equipe da SME de Curitiba e divulgadas em seus cadernos de avaliação, é possível destacar que o IDEB se eleva em situações em que: a) a escola melhora a taxa de aprovação e mantém as médias de proficiência de seus estudantes; b) a escola melhora as médias de proficiência e mantém a taxa de aprovação num nível satisfatório; c) a escola melhora as duas dimensões do indicador simultaneamente (aprovação e proficiência). Dessa forma, a escola atende os três requisitos apontados pela Constituição de 1988 (art.206, I): acesso, permanência e qualidade.

Por outro lado, o IDEB diminui em situações em que: a) a escola diminui a taxa de aprovação e melhora as médias de proficiência, porque não basta ter um ensino de qualidade, é necessário que o estudante permaneça na escola a fim de receber o ensino ministrado; b) a escola diminui as médias de proficiência e aumenta a taxa de aprovação.

2.3 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA

A partir da implantação do Sistema Nacional de Avaliação, vários estados e municípios passaram também a criar seus sistemas próprios com objetivos e encaminhamentos adequados e personalizados de acordo com a sua estrutura de funcionamento.

Nesta linha de ação, desde 2007, a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba (SME) vem realizando, sistematicamente, avaliações que, ao longo do seu período de implantação, têm se expandido para todos os anos e todos os componentes curriculares em todas as escolas da RME:

Paralelamente aos sistemas nacionais, vários Estados e municípios também organizaram sistemas locais e regionais de avaliação das aprendizagens. Todas essas iniciativas indicam a progressiva institucionalização da avaliação como mecanismo importante para subsidiar o processo de formulação e monitoramento de políticas públicas responsáveis e transparentes que devem nortear o aprimoramento de ações de melhoria da aprendizagem. (CASTRO, 2009, p.6)

A partir de 2005, com a aplicação da Prova Brasil aos estudantes da RME, a SME passou a realizar estudos sistemáticos sobre os resultados de desempenho estudantil, bem como análises sobre o processo de avaliação nas escolas.

Para divulgar esses estudos, lançou cadernos que faziam análise comparativa do processo de avaliação da Prova Brasil nos anos 2005 – 2007, O primeiro caderno, intitulava-se *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e Prova Brasil: Resultados Comparados 2005 e 2007*. Na sequência, em 2007 é lançado o *Caderno Resultados da Avaliação do Ciclo I da Rede Municipal de Ensino de Curitiba*; em 2008, foi lançado o *Caderno Resultados da Avaliação do Rendimento Escolar da Rede Municipal de Ensino de Curitiba*; em 2010, o *Caderno Avaliação na Rede Municipal de Ensino de Curitiba e a Qualidade da Educação de 2005 a 2010* e o mais recente divulgado em 2013, *Qualidade e Equidade na Rede Municipal de Ensino de Curitiba: um estudo a partir dos microdados na Prova Brasil 2011*.

O caderno, com o título *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e Prova Brasil: Resultados Comparados 2005 e 2007*, foi lançado com o objetivo de realizar uma análise comparativa entre o IDEB de 2005 e 2007, propondo um debate em relação a inúmeros fatores inerentes à dinâmica escolar, que poderiam afetar nos resultados de avaliação. A partir daí, as equipes escolares debruçaram-se em estudos, comparações, análises e debates com vistas a identificar seus pontos fortes e frágeis e, a partir daí, realizar um planejamento de trabalho diferenciado, no qual o objetivo seria a melhoria da qualidade da aprendizagem dos seus estudantes, segundo o caderno há pouco mencionado. Para

isso, o caderno oferece gráficos e tabelas com a síntese dos dados apresentados pela Prova Brasil.

Outro mecanismo, também utilizado no caderno para a discussão, era a análise comparativa dos resultados entre a escola, o município, o estado e o país. Vale ressaltar que a divulgação acontecia de forma individualizada e personalizada, ou seja, cada escola recebia um caderno com os seus resultados individuais. Essa forma de divulgação teve como propósito impossibilitar um ranqueamento das escolas em torno dos resultados das avaliações.

Além das análises internas, a SME, proporcionou seminários regionais os quais são citados nos cadernos da Secretaria Municipal com as escolas com o intuito de trocas de experiências e síntese dos debates realizados pelas equipes docentes e pedagógicas das escolas.

No ano 2007, a partir de toda a sistemática de análise e discussões gerada por meio dos cadernos e dos seminários, a SME implantou um sistema de avaliação, com vistas a expandir o processo de análise dos resultados. A partir da divulgação dos resultados de avaliação, bem como a elaboração dos cadernos para a sua análise, as equipes escolares deveriam propor ações para melhoria da qualidade da educação, a SME considerou que:

Diferentes equipes escolares atribuíram o desempenho insatisfatório dos alunos na Prova Brasil - 2005 aos processos de ensino realizados no Ciclo I⁶. Essa justificativa não é de todo plausível, pois os processos educativos

⁶ Desde 1999, a Secretaria Municipal de Educação implantou o Sistema de Ciclos de Aprendizagem. Neste sentido o Ciclo I corresponde às turmas de 1ª e 2ª séries (atuais 2º e 3º anos do Ensino Fundamental de 9 anos, sendo o 1º ano, a extinta Etapa Inicial), o Ciclo II, às turmas de 3ª e 4ª séries (atuais 4º e 5º anos do Ensino Fundamental de 9 anos), o Ciclo III, 5ª e 6ª séries e o Ciclo IV, as turmas de 7ª e 8ª séries do ensino Fundamental. Uma característica bastante marcante no Ciclo é o fim da reprovação, exceto nos casos em que o estudante não obtiver o mínimo de 75% de presença como estipulado por lei. Dessa forma, no sistema seriado, o aluno que obtivesse nota inferior a mínima prevista pela instituição poderia ficar retido naquele ano letivo. Já no sistema ciclado em Curitiba, a situação dá-se da seguinte maneira de acordo com o proposto nos Regimentos Escolares: o aluno que ao final do ciclo, apresentar dificuldades pedagógicas acentuadas, deverá ser submetido a parecer de uma Equipe multidisciplinar, para fins de progressão. A equipe multidisciplinar é composta pela equipe pedagógica e administrativa da escola, professores da turma, pedagoga, professora de Língua Portuguesa e de Matemática do Núcleo Regional de Educação no qual pertence a escola, representante da equipe do Centro Municipal de Atendimento Especializado e membros da equipe da Gerencia de Currículo ou Pedagógica da SME, quando necessário. A equipe multidisciplinar deverá referendar ou não a necessidade de permanência do aluno no ciclo, por até um ano. Outro ponto importante a ser mencionado refere-se ao fato de que no ciclo não há nota e sim um parecer pedagógico elaborado com longo de um período seja bimestral ou trimestral de acordo com o que está disposto no Regimento Escolar.

são contínuos e cada planejamento de ensino deve ter como ponto de partida os conhecimentos prévios dos estudantes. Isto é, a qualquer momento do processo de formação é preciso identificar suas possibilidades de aprendizagens e os níveis de elaborações sobre os conteúdos curriculares essenciais que atingiram. De qualquer forma, uma vez apontada a necessidade de se verificar o que sabem os estudantes que concluem o Ciclo I da RME, constitui uma oportunidade histórica significativa para focalizar ainda mais as atenções e práticas das comunidades escolares na melhoria da qualidade dos processos formativos. (CURITIBA, 2007, p.11).

A intenção desse sistema de avaliação tem, portanto, o objetivo de fazer conhecidas as dificuldades e necessidades dos estudantes para que, a partir da identificação das mesmas, seja possível a reorganização do planejamento pedagógico.

De acordo com a Resolução 4 de 13 de julho de 2010, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:

Art. 24. Os objetivos da formação básica das crianças, definidos para a Educação Infantil, prolongam-se durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no primeiro, e completam-se nos anos finais, ampliando e intensificando, gradativamente, o processo educativo, mediante:

I - desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - foco central na alfabetização, ao longo dos 3 (três) primeiros anos;

III - compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

IV - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

V - fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social. (BRASIL, 2010)

Sendo assim, de fato, é inerente ao Ciclo I (1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental de 9 anos), a efetivação do processo de alfabetização.

No ano de 2006, as avaliações em Curitiba aconteceram a partir de um projeto piloto realizado em uma escola com estudantes da então 2ª Etapa do Ciclo, atual 3º ano do Ensino Fundamental de 9 anos, com provas que abrangiam os conteúdos dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática (CURITIBA, 2007).

No ano de 2007, em um seminário com pedagogos de toda a RME de Curitiba, foram analisados os resultados bem como a metodologia de aplicação das provas e tabulação dos resultados deste projeto piloto. A partir de então, as avaliações passaram a ser aplicadas para todos os estudantes matriculados na 2ª Etapa do Ciclo I de todas as escolas da RME.

Nesse evento, pedagogos de todas as escolas da RME analisaram os instrumentos e procedimentos adotados no projeto piloto de avaliação de língua portuguesa e de matemática e estudaram estratégias para verificação dos avanços acadêmicos dos estudantes. Tiveram como referência os conteúdos e critérios de avaliação do Ciclo I, previstos nas Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba (CURITIBA, 2006). Esses profissionais apresentaram sugestões sobre os conteúdos que seriam avaliados no final do primeiro semestre deste ano e foram os principais responsáveis pela condução do processo de aplicação e de correção das provas nas escolas. Os resultados registrados pelas equipes pedagógicas após a correção dessas provas, (...), decorrem de uma mobilização de 167 escolas municipais, 785 turmas, 1520 profissionais da educação e 21.838 estudantes do final do Ciclo I (2.a série) (CURITIBA, 2007, p.11-12).

Nos anos de 2009 a 2012, houve a ampliação no Sistema de Avaliação e este passou a envolver os estudantes matriculados do 1º ao 9º ano, incluindo a Educação de Jovens e Adultos como aponta o quadro abaixo:

Ano/Série/Período	2007	2008		2009		2010
	Inicial	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial
1º ANO					15.827	18.169
2º ANO		16.025	15.865	17.812	17.427	16.511
3º ANO	21.838	19.650		17.949		19.359
4º ANO						16.683
Ciclo II 2ª Etapa		18.151		19.041		18.378
5ª SÉRIE						2.095
6ª SÉRIE				2.144		1.963
7ª SÉRIE						1.888
8ª SÉRIE				1.502		1.496
EJA Alfabetização		806		709		502
EJA 1º Período		1.015		852		715
EJA 2º Período		1.299		1.000		711
EJA 3º Período						70
EJA 4º Período						117
EJA 5º Período						202
EJA 6º Período						208
TOTAL	21.838	56.946	15.865	61.009	33.254	99.067

Quadro2: Evolução do número de estudantes avaliados pela SME, no início e no final do ano letivo, segundo ano/série/período por modalidade do ensino fundamental – 2007-2010

Fonte: SME/Departamento de Planejamento e Informações 2010 - Caderno Avaliação na Rede Municipal de Ensino de Curitiba e a Qualidade da Educação de 2005 a 2010

A partir de 2010, foram avaliados todos os demais componentes curriculares – História, Geografia, Ciências Naturais – para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Língua Estrangeira Moderna para os anos finais. Um diferencial foi também a aplicação, a partir de 2010, de dois testes, um no 1º semestre e outro no 2º semestre. Essas aplicações permitiam uma comparação nos resultados dos testes, tendo em vista que o conteúdo das questões era o mesmo.

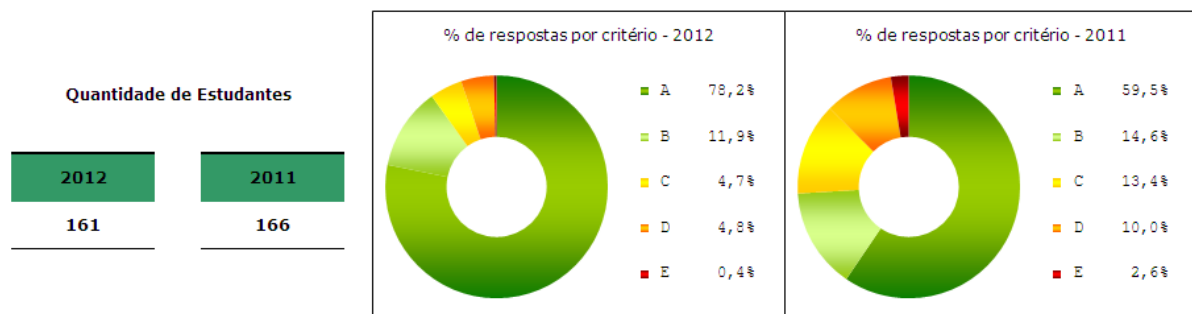
No quadro que segue, é possível ter um exemplo da publicização dos resultados e as informações devolvidas às escolas, após o tratamento dos dados, a partir da correção das avaliações:

Resultados Comparados das Avaliações do 3º Ano - 2012 e 2011

Matemática

EM PROFESSORA AMERICA DA COSTA SABOIA

Resultado Geral da Escola



Quadro 3: Resultados comparados das Avaliações do 3º ano em Língua Portuguesa da Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia (2011-2012)
Fonte: SME – DPI e DEF

A partir do quadro acima é possível a escola realizar uma reflexão sobre o índice de acertos nos componentes curriculares. O critério A aponta para uma situação em que o estudante teve acerto total sobre a questão visto que a mesma é dissertativa e não de múltipla escolha. Já o critério E aponta para uma situação em que o aluno deixou a questão em branco ou totalmente errada. Os professores recebem um quadro explicativo desses critérios que os auxiliam a aplicar esses critérios de forma coesa, como aponta o exemplo que segue:

11. Leitura de palavra.	Ler palavra representada por imagem.	Lê a palavra representada por imagem, diferenciando fonema e representação gráfica do interior da palavra.	A
		Associa palavra com mesmo número de letras e fonemas iniciais, porém não diferencia adequadamente os fonemas finais da palavra.	B
		Associa palavra com número próximo de letras, porém não diferencia adequadamente todos os fonemas do interior da palavra.	C
		Não lê a palavra representada por imagem.	D
		Presença de mais de uma resposta ou ausência de resposta.	E

Quadro 4: Critério de Avaliação/Correção de Língua Portuguesa, 1º Ano.
Fonte: SME - DEF

As avaliações contavam, além de sua aplicação, com um processo interno nas unidades escolares de correção e tabulação dos resultados em planilhas próprias disponibilizadas pela SME. Segundo relatos das equipes pedagógicas das escolas e da equipe dos Núcleos Regionais de Educação, essas planilhas, posteriormente, depois de tratadas pelo Departamento de Planejamento e Informações (DPI) da SME, eram devolvidas às escolas para análise comparativa.

A figura abaixo apresenta uma forma de comparação enviada às escolas, visto que esta poderia fazer também a comparação de turma a turma e a comparação entre um ano e outro:



Figura 5: Quadro comparativo da E.M. X dos resultados do componente curricular de Língua Portuguesa de uma turma de 3ª Ano do Ensino Fundamental. Ano: 2010

Fonte: Departamento de Planejamento e Informações e Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba

Além disso, foram disponibilizados cadernos⁷ com os resultados individuais por escola, nos quais também era divulgada a análise de cada uma das questões e orientações da prática docente como mostra o exemplo abaixo:

<p>Questão 7 - Compreensão da estrutura do alfabeto, utilizando-a como critério de organização A estrutura alfabética requer um trabalho sistematizado em sala, pois esse conteúdo serve como estratégia de organização na busca de informações. Com base nos dados apresentados, verifica-se que 37,3% dos estudantes compreenderam a ordem alfabética, utilizando-a adequadamente. Entretanto, os demais ainda apresentam alguma dificuldade ao ordenar as letras no interior das palavras.</p>													
<p>Percentuais de respostas da RME tendo em vista os critérios acima</p> <table border="1"> <caption>Dados do Gráfico de Pizza</caption> <thead> <tr> <th>Nível de Competência</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>A</td> <td>37.3%</td> </tr> <tr> <td>B</td> <td>23.2%</td> </tr> <tr> <td>C</td> <td>17.5%</td> </tr> <tr> <td>D</td> <td>11.8%</td> </tr> <tr> <td>E</td> <td>10.2%</td> </tr> </tbody> </table>		Nível de Competência	Porcentagem	A	37.3%	B	23.2%	C	17.5%	D	11.8%	E	10.2%
Nível de Competência	Porcentagem												
A	37.3%												
B	23.2%												
C	17.5%												
D	11.8%												
E	10.2%												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>DESCRIÇÃO: QUESTÃO 7</th> <th>NÍVEL DE COMPETÊNCIA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Compreendeu a ordem alfabética, utilizando-a adequadamente</td> <td>A</td> </tr> <tr> <td>Compreendeu a ordem alfabética, utilizando-a como referência para ordenação até a 3.ª letra das palavras</td> <td>B</td> </tr> <tr> <td>Compreendeu a ordem alfabética, utilizando-a como referência para ordenação até a 2.ª letra das palavras.</td> <td>C</td> </tr> <tr> <td>Compreendeu a ordem alfabética, utilizando-a como referência para ordenação apenas das primeiras letras das palavras.</td> <td>D</td> </tr> <tr> <td>Não organizou palavras em ordem alfabética</td> <td>E</td> </tr> </tbody> </table>		DESCRIÇÃO: QUESTÃO 7	NÍVEL DE COMPETÊNCIA	Compreendeu a ordem alfabética, utilizando-a adequadamente	A	Compreendeu a ordem alfabética, utilizando-a como referência para ordenação até a 3.ª letra das palavras	B	Compreendeu a ordem alfabética, utilizando-a como referência para ordenação até a 2.ª letra das palavras.	C	Compreendeu a ordem alfabética, utilizando-a como referência para ordenação apenas das primeiras letras das palavras.	D	Não organizou palavras em ordem alfabética	E
DESCRIÇÃO: QUESTÃO 7	NÍVEL DE COMPETÊNCIA												
Compreendeu a ordem alfabética, utilizando-a adequadamente	A												
Compreendeu a ordem alfabética, utilizando-a como referência para ordenação até a 3.ª letra das palavras	B												
Compreendeu a ordem alfabética, utilizando-a como referência para ordenação até a 2.ª letra das palavras.	C												
Compreendeu a ordem alfabética, utilizando-a como referência para ordenação apenas das primeiras letras das palavras.	D												
Não organizou palavras em ordem alfabética	E												
<p>Orientações ao trabalho docente O alfabeto, além de representar os símbolos próprios da escrita, é usado também como elemento de organização em vários suportes textuais. Constitui, assim, instrumento facilitador da leitura, seja para antecipação do texto, seja para a seleção do que se pretende ou precisa ler. Nessa perspectiva, é necessário que essa ordenação seja ensinada na escola. O professor, além de expor o alfabeto,</p>													

⁷ 2007 - Caderno Resultados da Avaliação do Ciclo I da Rede Municipal de Ensino de Curitiba;
2008 - Caderno Resultados da Avaliação do Rendimento Escolar da Rede Municipal de Ensino de Curitiba;
2010 - Caderno Avaliação na Rede Municipal de Ensino de Curitiba e a Qualidade da Educação de 2005 a 2010;
2013 - Qualidade e Equidade na rede Municipal de Ensino de Curitiba: um estudo a partir dos microdados na Prova Brasil 2011.

deve ensinar e fazer uso adequado do dicionário, das listas de chamada, da lista telefônica; mostrar como estão organizados arquivos de documentação; preparar fichas com os nomes dos estudantes, fazer dicionários pessoais e coletivos, solicitando que as organizem em ordem alfabética.

Quadro 6: Análise de Questão

Fonte: SME - Caderno Resultados da Avaliação do Rendimento Escolar da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. 2008

Um dos pontos, muito frisado pelos cadernos de análise das avaliações, é que todo o trabalho que envolve o processo de avaliação apenas é válido quando focado na qualidade do ensino ofertado a todos os estudantes. Se a avaliação passar servir como uma atividade em que não haja reflexão sobre os resultados, deixa de ter sua importância, ou seja, a avaliação no processo formativo deve fazer com que o professor possa retomar sua prática, seu planejamento e rever a metodologia de seu trabalho. Nesse sentido, este instrumento é apenas como um meio para alcançar esse objetivo (educação de qualidade) e não como um fim, sem que o professor retome o processo de ensino e aprendizagem com seus estudantes.

A avaliação deve ser o ponto de partida para a retomada do processo, através de um planejamento cuidadoso das ações internas da escola, bem como propulsor para elaboração de políticas educacionais pela mantenedora do Sistema.

2.4 AVALIAÇÃO NA ESCOLA PROFESSORA AMÉRICA DA COSTA SABÓIA

A Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia, é uma das vinte e quatro escolas que compõem o Núcleo Regional de Educação da Cidade Industrial de Curitiba. Desta forma vem, sistematicamente, realizando desde 2005, a Prova Brasil. No quadro abaixo, é possível observar o IDEB das escolas de anos iniciais e finais do Ensino Fundamental das escolas deste núcleo:

ESCOLA	2005	2007	2009	2011
EM ALVARO BORGES	4,9	4,9	5,4	5,6
EM CEI HEITOR DE ALENCAR FURTADO	4,9	4,8	5,7	5,4
EM CEI MONTEIRO LOBATO	4,4	4,9	5,7	5,5
EM CEI OLIVIO SOARES SABOIA	4,4	4,4	5,3	5,2
EM COLONIA AUGUSTA	4,7	5,2	5,5	5,5
EM DITMAR BREPOHL	4,7	5,5	5,8	5,9
EM DO CAIC CANDIDO PORTINARI	4,3	5,1	5,4	5,8
EM DOM BOSCO	5,0	5,5	6,0	6,6
EM DOUTOR HAMILTON CALDERARI LEAL ⁸	-	-	-	-
EM JOAQUIM TAVORA	4,7	4,8	5,4	6,0
EM MANSUR GUERIOS	3,8	4,6	5,7	5,9
EM MARIA DO CARMO MARTINS	4,5	4,6	5,4	5,3
EM MORADIAS DO RIBEIRAO	4,9	5,2	5,8	5,9
EM NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS	4,6	5,3	5,3	5,4
EM OTTO BRACARENSE COSTA	-	-	5,2	5,6
EM POETA JOAO CABRAL DE MELO NETO	4,4	3,9	4,6	4,8
EM PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	4,1	4,3	5,3	5,4
EM PROFESSOR DARIO PERSIANO DE CASTRO VELLOZO	3,8	4,2	4,8	5,2
EM PROFESSORA AMERICA DA COSTA SABOIA	4,0	4,7	5,2	6,0
EM PRO-MORAR BARIGUI	4,4	4,7	5,5	5,8
EM SAO MIGUEL	5,2	5,1	5,6	5,7
EM SIDONIO MURALHA	4,6	5,2	5,6	5,7

Quadro 8: IDEB das escolas de anos iniciais do Ensino Fundamental do NRECIC

Fonte: MEC/INEP

Elaboração: SME – DPI e DEF

Em relação aos anos finais, o núcleo possui apenas três escolas:

ESCOLA	2005	2007	2009	2011
EM ALBERT SCHWEITZER	4,2	4,7	4,5	4,9
EM DO CAIC CANDIDO PORTINARI	3,9	3,3	4,2	4,9
EM SAO MIGUEL	4,8	4,0	4,5	4,2

Quadro 9: IDEB das escolas de Anos Finais do Ensino Fundamental do NRECIC

Fonte: MEC/INEP

Elaboração SME – DPI e DEF

A partir destes dados constatou-se que a *Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia* (EMPACS), vem sistematicamente, melhorando seus resultados em relação ao desempenho estudantil, como é possível visualizar no gráfico abaixo:

⁸ Escola sem indicadores pois foi inaugurada em dezembro de 2012.

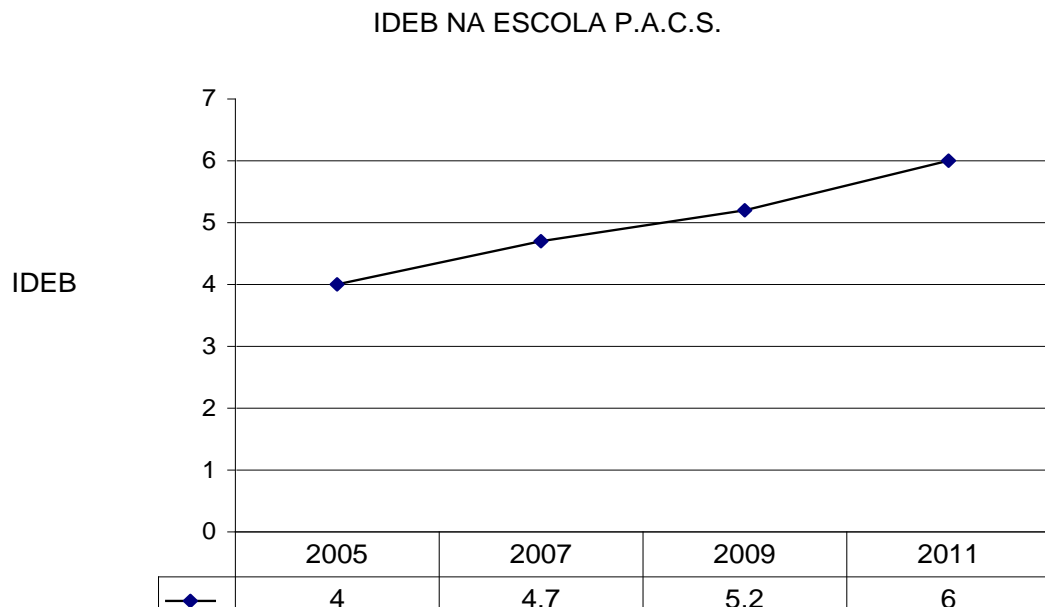


Gráfico 1: IDEB na Escola Professora América da Costa Sabóia (2005-2011)
Fonte: MEC, INEP.

Ainda em relação à aplicação de avaliações em larga escala, pode-se tomar como referência a Provinha Brasil, organizada pelo INEP, aplicada aos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental e que avalia os componentes curriculares de Língua Portuguesa (Alfabetização) e Matemática. Essa Prova, após ter suas questões respondidas e corrigidas, tem suas respostas tabuladas gerando níveis que variam do 1 ao 5.

<p>Nível 1 - até 5 acertos</p>	<p>Neste nível, encontram-se alunos que estão em um estágio muito inicial em relação ao processo de alfabetização. Estão começando a se apropriar das habilidades referentes ao domínio das regras que orientam o uso do sistema alfabético para ler e escrever. Sabem, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • identificar o valor sonoro das partes iniciais e/ou finais de palavras (algumas letras ou sílabas) para “adivinhar” e “ler” o restante da palavra; • reconhecer algumas letras do alfabeto e iniciar a distinção entre as letras, desenhos e outros sinais gráficos.
<p>Nível 2 - de 6 a 8 acertos</p>	<p>Os alunos que se encontram neste nível, além de já terem consolidado as habilidades do nível anterior, referentes ao conhecimento e ao uso do sistema de escrita, já associam adequadamente letras e sons. Embora ainda apresentem algumas dificuldades na leitura de palavras com ortografia mais complexa, são capazes de ler, por exemplo, palavras como: <i>panela, cama, cenoura, cachorro</i>, entre outras. Neste nível, portanto, iniciam a leitura de palavras com vários tipos de estrutura silábica. Eles demonstram, por exemplo, habilidades de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • estabelecer relação entre letras (grafemas) e sons (fonemas); • ler palavras compostas por sílabas formadas por consoante/vogal (sílabas canônicas – CV); • ler algumas palavras compostas por sílabas formadas por consoante/vogal/consoante ou por consoante/consoante/vogal (sílabas não canônicas); • reconhecer palavras de formação silábica canônica escritas de diferentes formas.
<p>Nível 3 - de 9 a 11 acertos</p>	<p>Neste nível, os alunos demonstram que consolidaram a capacidade de ler palavras de diferentes tamanhos e padrões silábicos, conseguem ler frases com sintaxe simples (sujeito + verbo + objeto) e utilizam algumas estratégias que permitem ler textos de curta extensão. As capacidades reveladas neste nível são, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ler palavras compostas por sílabas canônicas e não canônicas (VC, VVC, CCV, CCVC, CCVCC); • identificar o número de sílabas de palavras; • ler frases de sintaxe simples com apoio de imagens ou ditadas pelo aplicador; • localizar informações, por meio da leitura silenciosa, em uma frase ou em textos curtos (aproximadamente cinco linhas).
<p>Nível 4 - de 12 a 15 acertos</p>	<p>Neste nível, os alunos leem textos mais extensos (aproximadamente 8 – 10 linhas), na ordem direta (início, meio e fim), de estrutura sintática simples (sujeito + verbo + objeto) e de vocabulário explorado comumente na escola. Nesses textos, são capazes de localizar informação, realizar algumas inferências e compreender qual é o assunto do texto. São exemplos de habilidades demonstradas pelos alunos deste nível:</p> <ul style="list-style-type: none"> • localizar informação explícita em textos curtos ou médios; • identificar a finalidade de textos de gêneros diversos, como bilhete, sumário, convite, cartaz, livro de receita; • identificar o assunto de um texto médio a partir de leitura individual; • fazer inferências simples.
<p>Nível 5 de 16 a 20 acertos</p>	<p>Neste nível, os alunos demonstram ter alcançado o domínio do sistema de escrita e a compreensão do princípio alfabético, apresentando um excelente desempenho, tendo em vista as habilidades que definem o aluno como alfabetizado e considerando as que são desejáveis para o fim do segundo ano de escolarização. Assim, os alunos que atingiram este nível já avançaram expressivamente no processo de alfabetização e letramento inicial. Para além das habilidades dos outros quatro níveis, demonstram, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • compreender textos de diferentes gêneros e de complexidade diversa, identificando o assunto principal e localizando informações não evidentes, além de fazerem inferências.

Quadro 10: Níveis da Provinha Brasil

Fonte: Quadro construído a partir dos dados do site do INEP(2013)

Esta avaliação é aplicada em duas etapas, a primeira no início do 1º semestre e a 2ª no final do 2º semestre. A prova é bastante parecida quanto ao conteúdo, permitindo assim, que a escola e os sistemas de ensino possam utilizar-se de seus dados para uma análise criteriosa do desempenho acadêmico de seus estudantes.

Abaixo está o gráfico de desenvolvimento dos estudantes em relação a prova de Língua Portuguesa⁹.

ESCOLA	PROVINHA BRASIL					
	2008		2009		2010	
	1	2	1	2	1	2
E.M. Professora América C Sabóia	2	4	3	4	4	4

Quadro 11: Resultados da Provinha Brasil 2008-2010 (Língua Portuguesa) na Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia

Fonte: SME, DPI,

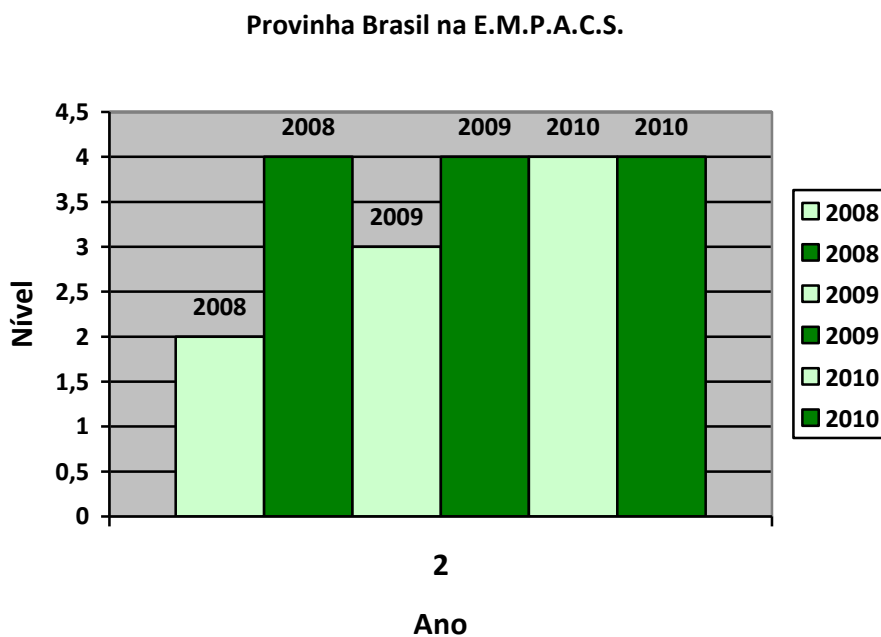


Gráfico 2: Resultados da Provinha Brasil 2008-2010 (Língua Portuguesa) na Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia

Fonte: SME, DPI.

A partir desse gráfico, é possível levantar a seguinte hipótese: A Escola Professora América da Costa Sabóia, embora esteja localizada em local vulnerável

⁹ A prova de Matemática começou a ser aplicada a partir de 2012.

apresenta, em geral, o nível 4, o resultado esperado. É interessante também observar que os resultados têm apresentado avanços não apenas de um ano para outro, mas também de um teste para o outro, evidenciando que, no decorrer do ano, o trabalho tem sido efetivado, dando indicativos de um processo de aprendizagem de qualidade.

3 DESEMPENHO ESTUDANTIL E CONDIÇÕES DA ESCOLA PROFESSORA AMÉRICA DA COSTA SABÓIA

O interesse desta pesquisa tem relação com o impacto das condições materiais, humanas e sociais nos resultados de avaliação, principalmente em relação à proficiência da Prova Brasil e IDEB no desempenho estudantil na Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia (EMPACS).

Nesse contexto, a primeira inquietação decorre de algumas afirmações de que estudantes residentes ou oriundos de classes sociais menos favorecidas teriam maior dificuldade de aprendizagem e resultados abaixo do recomendado no desempenho estudantil. Dessa forma, utilizou-se o IDEB como um dos instrumentos para realização das análises. É certo que este indicador não demonstra com exatidão o quadro da aprendizagem dos estudantes, entretanto é um indicador importante e de domínio público, sendo assim, merece ser considerado.

A partir dessa busca de dados, foi encontrado o seguinte panorama: na região da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), concentra-se um grande número de escolas que estão em situação de risco e desigualdade social ou que apresentam históricos de vulnerabilidade social.

Na leitura dos resultados tanto da proficiência na Prova Brasil, quanto nos indicadores do IDEB, foram elencadas primeiramente seis escolas, dentre as vinte e quatro pertencentes ao Núcleo Regional de Educação da Cidade Industrial de Curitiba (NRECIC). Os critérios de escolha foram: a localização geográfica das unidades; condição socioeconômica da comunidade do entorno; valores de IDEB diferentes. Destas, todas as unidades apresentaram crescimento nos índices do IDEB no período compreendido entre 2005 a 2011. Com isso, foi possível a construção do seguinte quadro:

ESCOLA	2005	2007	2009	2011
EM DOM BOSCO	5,0	5,5	6,0	6,6
EM JOAQUIM TAVORA	4,7	4,8	5,4	6,0
EM MORADIAS DO RIBEIRAO	4,9	5,2	5,8	5,9
EM POETA JOAO CABRAL DE MELO NETO	4,4	3,9	4,6	4,8
EM PROFESSOR DARIO PERSIANO DE CASTRO VELLOZO	3,8	4,2	4,8	5,2
EM PROFESSORA AMERICA DA COSTA SABOIA	4,0	4,7	5,2	6,0

Quadro 11: IDEB das escolas (anos 2005 a 2011)

Fonte: SME (DPI e DEF) e INEP (2013)

A partir do quadro acima, é possível ter uma visão do desenvolvimento das escolas no que se refere ao IDEB, da seguinte maneira:

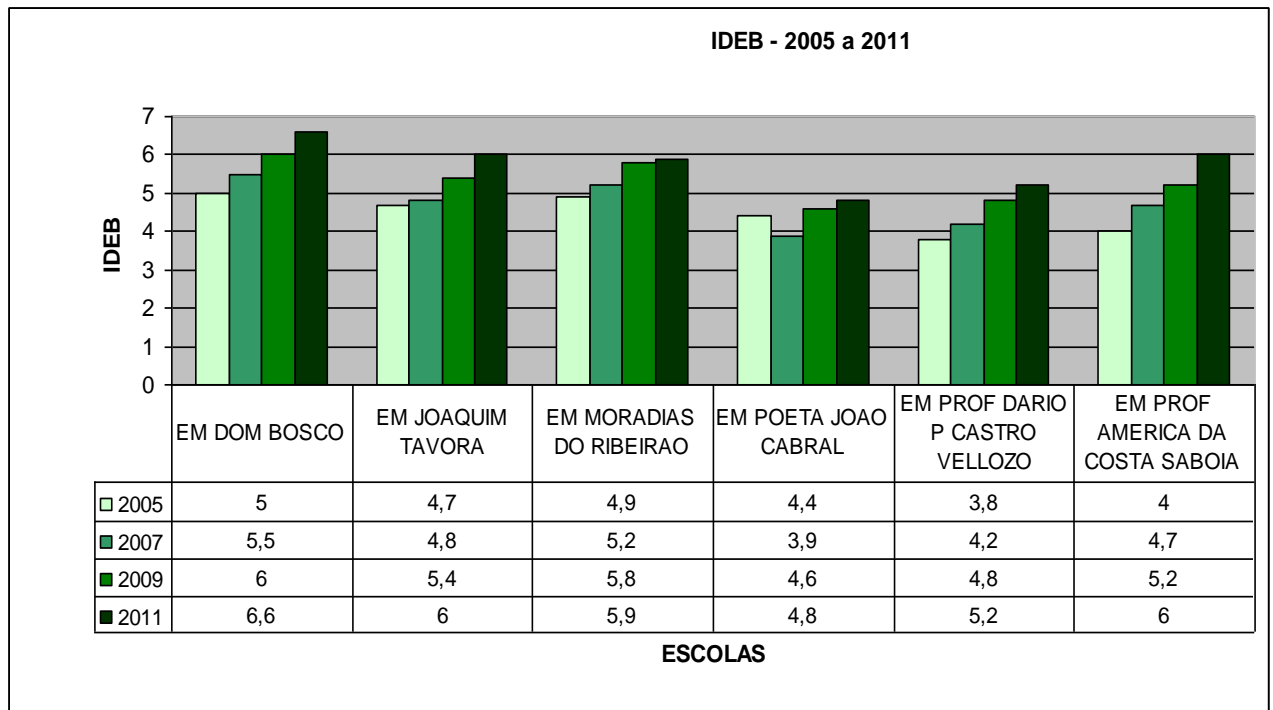


Gráfico 3: IDEB das escolas (anos 2005 a 2011)

Fonte: SME (DPI e DEF) e INEP (2013)

Nesta análise, foi possível constatar uma situação interessante: as escolas Poeta João Cabral de Melo Neto e Professora América da Costa Sabóia, estão localizadas na mesma região: Vila Verde. Os estudantes, inclusive, migram de uma escola para outra com bastante frequência. Ambas as escolas tiveram elevação no IDEB, porém a Escola América da Costa Sabóia apresenta constante elevação e com notas consideravelmente mais elevadas que a Escola Municipal Poeta João

Cabral de Melo Neto. Dessa forma, esta escola foi selecionada para esta investigação, buscando compreender o que acontece nessa unidade que faz com que seus estudantes apresentem crescimento constante no que tange aos seus resultados de desempenho estudantil.

Outro fator que impulsionou a escolha de apenas uma escola para realização do trabalho, diz respeito ao exíguo tempo destinado à pesquisa, no entanto, seria muito interessante fazer uma análise cuidadosa e comparativa entre as duas escolas (Poeta João Cabral de Melo Neto e Professora América da Costa Sabóia), para verificar quais são as condições que determinam os resultados nas duas unidades educativas. Contudo não se inviabiliza a possibilidade de estudos futuros para esta pesquisa.

3.1 CONTEXTO DO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

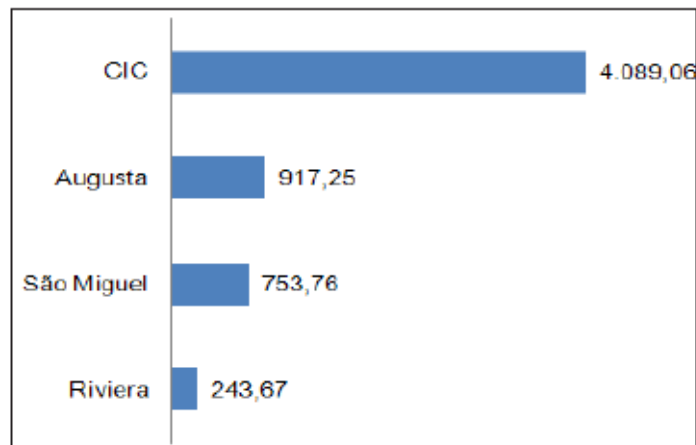
O Núcleo Regional de Educação da Cidade Industrial de Curitiba¹⁰ – que, segundo dados do Portal Cidade do Conhecimento foi criado em março de 2005 pelo então prefeito Beto Richa – compõe a Administração Regional CIC. Ainda segundo o mesmo site, “o núcleo tem como objetivo o suporte administrativo e pedagógico às unidades educativas¹¹ como também o atendimento a comunidade com informações pertinentes à educação”.

A Regional CIC é composta por quatro bairros, sendo eles: Augusta, Cidade Industrial, São Miguel e Riviera. O segundo, Cidade Industrial, é o maior de todos os bairros, correspondendo a 68% do espaço territorial total da Regional, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Esta regional, segundo dados do documento elaborado pelo IPPUC o qual descreve as nove regionais da cidade de Curitiba, *Retrato das Regionais* (2013), absorve 13,81% da população curitibana.

¹⁰ O Núcleo Regional de Educação – Cidade Industrial de Curitiba é uma secretaria (no caso, da Educação) funcionando no prédio da Administração Regional da CIC. Esta é composta por um núcleo de cada secretaria da Administração Municipal (Informações do site da Prefeitura Municipal de Curitiba: www.curitiba.pr.gov.br).

¹¹ Por unidade educativa entende-se Escola e Centro Municipal de Educação Infantil.

GRÁFICO DA EXTENSÃO TERRITORIAL POR BAIRROS DA REGIONAL CIC (HECTARES)



Fonte: IPPUC- Banco de Dados

Elaboração: IPPUC- Setor de Monitoração

Gráfico 4: Extensão Territorial por bairros da Regional CIC
Fonte: IPPUC. Retrato das Regionais, 2013.

Segundo ainda os dados do IPPUC (Retrato das Regionais), as atividades econômicas desenvolvidas na Região da Cidade Industrial de Curitiba foram classificadas em atividades de comércio, de serviço e da indústria. O setor comercial tem maior participação no desenvolvimento econômico, totalizando 44,47% em relação ao total de estabelecimentos da Regional.

Em relação ao rendimento financeiro desta população, tem-se o seguinte quadro quanto à renda familiar:

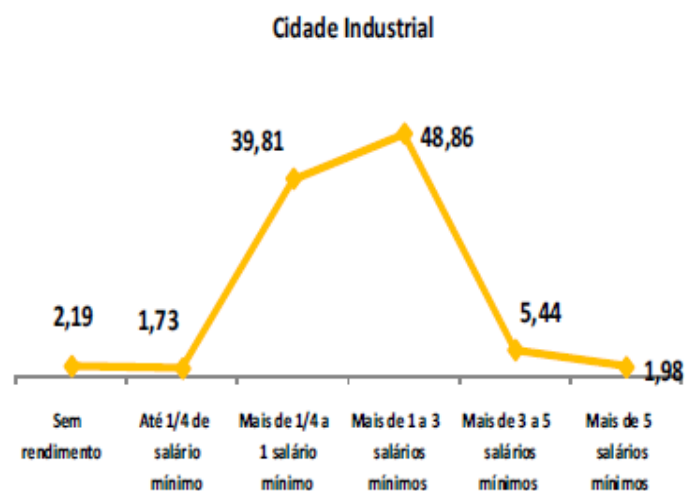


Gráfico 5: Renda dos domicílios particulares permanentes, por bairro.
Fonte: IPPUC, Indicadores – Análise do Censo 2012.

Em relação à educação, atualmente a Regional CIC abrange 24 escolas municipais de Ensino Fundamental, sendo que destas, duas atendem também aos anos finais do Ensino Fundamental e uma atende exclusivamente os Anos Finais. Além das escolas, há 16 Unidades de Educação Integral¹² e 40 *Centros Municipais de Educação Infantil* (CMEI). Assim sendo a estrutura deste núcleo está assim organizada:

ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO REGULAR	Número de turmas dos anos iniciais	Manhã	190
			Tarde	233
			Noite	14
		Número de estudantes dos anos iniciais	Manhã	4.935
			Tarde	6.428
			Noite	245
		Número de turmas dos anos iniciais	Manhã	63
			Tarde	15
		Número de estudantes dos anos iniciais	Manhã	1981
			Tarde	417
		Número de turmas da Educação Infantil	Manhã	11
			Tarde	19
Integral	12			
Número de estudantes dos anos iniciais	Manhã	239		
	Tarde	458		
	Integral	265		

Quadro 12: Estrutura de atendimento educacional do NRECIC

Fonte: SME, NRECIC (2013)

Além dos estudantes do Ensino Fundamental, o NRE/CIC atende também 6.050 crianças de idade entre 0 a 5 anos distribuídas em 40 espaços onde funcionam os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) em atendimento em tempo integral, segundo dados do Núcleo.

Um dado importante a ser considerado, diz respeito à população analfabeta existente nesta Regional. Como mostra o mapa abaixo, a CIC conta hoje com aproximadamente 1.800 pessoas analfabetas, o que incide em 2,5% da população curitibana.

¹² Unidades de Educação Integral: espaços anexos às escolas que atendem os estudantes em tempo integral, no horário contraturno às aulas da Base Nacional Comum.

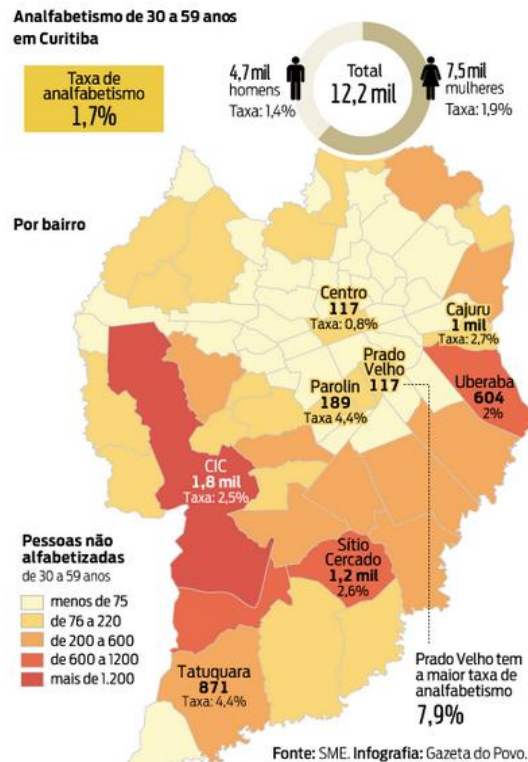


Gráfico 6: Analfabetismo de 30 a 59 anos em Curitiba
Fonte:Jornal Gazeta do Povo, 2013

A fim de reverter esse quadro, foi proposto pela SME, no início deste ano, a partir de uma pesquisa detalhada sobre esse tema, um projeto de ampliação de escolas e de turmas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atualmente, esta regional conta com 12 escolas ofertando 14 turmas de EJA, totalizando 245 matrículas. Segundo dados fornecidos pelo Núcleo Regional, essas turmas funcionam no período da noite, com exceção de uma que atende uma demanda específica.

3.2 CONDIÇÕES SÓCIOECONÔMICAS E CULTURAIS DA REGIÃO E DOS ALUNOS

A *Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia* (E.M.P.A.C.S) se caracteriza por ser uma escola de médio a grande porte atendendo aproximadamente oitocentos estudantes, quase todos residentes na Vila Verde, na Cidade Industrial de Curitiba. Oferece Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Possui Sala de Recursos de Aprendizagem, Salas de Recursos

Multifuncionais, turmas de Classe Especial e turmas de Educação de Jovens e Adultos, além de duas unidades de Educação Integral. Unidades de Educação Integral são espaços que funcionam dentro da escola ou próximo a ela. Neste espaço, acontecem atividades organizadas por práticas. De acordo com as Diretrizes do Município de Curitiba, as atividades são distribuídas em: Práticas de Movimento e de Iniciação Desportiva, Práticas Artísticas, Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação, Práticas de Educação Ambiental e acompanhamento pedagógico. Dessa forma, o estudante passa a realizar oito horas de atividades pedagógicas planejadas com o intuito de ofertar ao estudante educação em tempo integral.

Ainda de acordo com as Diretrizes Curriculares do Município de Curitiba:

Essas atividades, planejadas coletiva e intencionalmente, são práticas que integram a busca pelo desenvolvimento intelectual e emocional dos estudantes e o seu bem-estar com relação à alimentação, higiene, segurança e proteção. As turmas devem ser organizadas levando-se em conta a heterogeneidade e as características individuais de cada estudante. Devem ser evitados critérios únicos de organização, como nível de escolaridade e turma de referência do turno contrário, para possibilitar a constante interação entre os estudantes e, dessa forma, compor grupos diferentes.

Todas as atividades propostas para esse tempo ampliado deverão apresentar desafios, possibilitando a reflexão, o exercício da autonomia, da capacidade investigativa, inventiva e criadora, assim como o desenvolvimento de funções como a memória, a atenção, a concentração, a coordenação motora, o raciocínio lógico, o domínio da leitura, enfim habilidades que contribuirão para o desempenho escolar e para a formação integral. (CURITIBA, 2006, p.33-34)

A participação das famílias dentro da escola, segundo dados do Projeto Político Pedagógico (PPP), elaborado em 2007 vem crescendo constantemente por meio de diferentes ações promovidas pela unidade educativa, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação ou desenvolvidas internamente, como envolvimento em projetos, participação no Programa Comunidade Escola e por meio das convocações para reuniões coletivas ou individuais. Os pais participam ativamente do Conselho de Escola e Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) e outras ações decorrentes das atividades pedagógicas envolvidas.

Segundo ainda dados do PPP da escola, os indicadores de condição domiciliar das famílias que compõem a escola, estão assim definidos:

INDICADORES DE CONDIÇÃO DOMICILIAR	VALORES
Particulares permanentes	100%
Com abastecimento adequado de água	99%
Com coleta adequada de lixo	99%
Com escoamento sanitário adequado	89%
Sem banheiro	5%
Localizados em aglomerados subnormais	36%
Próprios	84%
Alugados	8%
Outras condições de propriedade	6%

Quadro 13: Indicadores de Condições Domiciliares

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Professora América da Costa Sabóia.

A média de rendimentos por família é de até 3 salários mínimos. Aproximadamente 68% dos pais ou responsáveis apresentam de 3 a 10 anos de estudos formais, segundo dados do PPP da escola.

Ainda que não o único instrumento para a análise da qualidade da educação, a Prova Brasil foi um importante recurso para análise das escolas, no tocante ao desenvolvimento aprendizagem e desempenho estudantil. Além disso, trata-se de um importante instrumento para comparações estatísticas.

Para estudos focados no desenvolvimento social e econômico, utilizou-se tanto a análise da comunidade, por meio da consulta no PPP da escola e a análise dos beneficiários do *Programa Bolsa Família* (PBF) por escola.

A partir dos dados analisados, tem-se o seguinte quadro:

Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia	Total de Estudantes	Beneficiários do PBF	% de Beneficiários
	743	185	25

Quadro 14 – Dados dos Beneficiários do Programa Bolsa Família (escolas selecionadas)

Fonte: SME – DEF – Gerencia de Gestão Escolar

É evidente a constatação que se trata de um número significativo de estudantes, visto que perfaz a quantia de um quarto dos estudantes da escola. Entende-se a partir deste dado e das análises realizadas no decorrer da pesquisa, que a comunidade tem carência de recursos financeiros e utiliza essa fonte de benefícios como complementar e em muitos casos como a principal fonte de subsistência.

Levando em consideração o total geral de escolas da RME, tem-se a seguinte situação em relação ao PBF:

BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA	TOTAL DE ESCOLAS
01 a 10% de beneficiários	27
11 a 20% de beneficiários	67
21 a 30% de beneficiários	60
31 a 40% de beneficiários	14
41 a 50% de beneficiários	07
Mais de 51% de beneficiários	02

Quadro 15 – Dados dos Beneficiários do Programa Bolsa Família (quadro geral das escolas)
Fonte: SME – DEF – Gerência de Gestão Escolar

Do total de escolas da CIC, tem-se a seguinte situação:

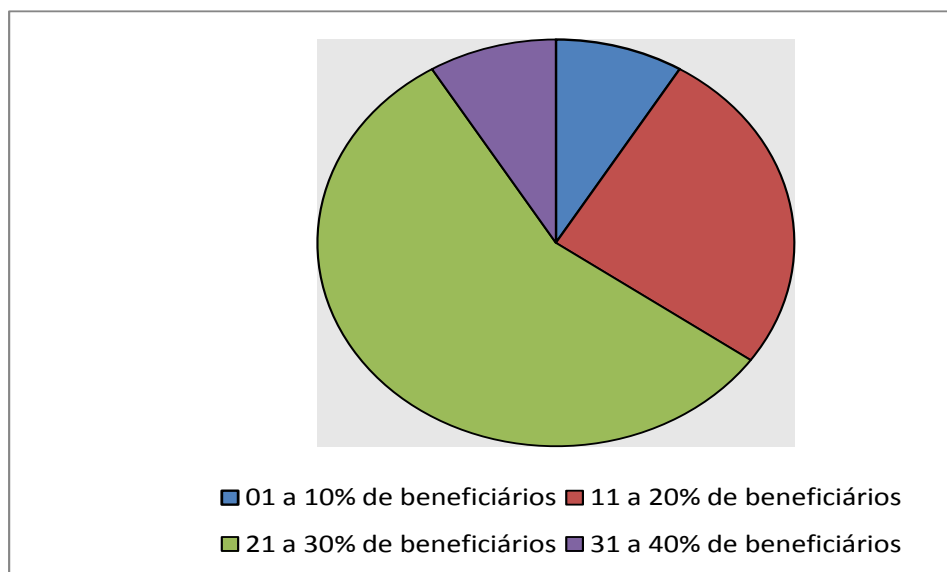


Gráfico 7 – Dados dos Beneficiários do Programa Bolsa Família (escolas da CIC)
Fonte: SME – DEF – Gerência de Gestão Escolar

Essa é uma informação importante do ponto de vista dos recursos financeiros da família, visto que permite avaliar em que medida o fator financeiro pode incidir no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, no desempenho dos estudantes nos testes padronizados.

Juan Casassus (2007) afirma que existe a desigualdade provinda das diferentes camadas sociais, no entanto, a escola pode fazer a diferença, oferecendo condições para que os estudantes menos favorecidos socialmente tenham iguais condições de acesso à educação de qualidade.

Ainda segundo Casassus, a escola tem condições de criar mecanismos que produzam a equidade nos seus processos escolares. Assim, a escola precisa criar formas de dar melhores condições para aprendizagem com qualidade àqueles que, historicamente, receberam menos, o que é o princípio da equidade.

Dubet (2004), afirma que:

O ideal meritocrático consiste em dar a mesma coisa a todos, e sabemos que, no caso da escola, estamos longe disso. Mas esta concepção de justiça será suficiente se considerarmos que as pessoas e os grupos sociais não são iguais diante da escola? Para obter mais justiça, seria preciso, portanto, que a escola levasse em conta as desigualdades reais e procurasse, em certa medida, compensá-las. Esse é o princípio da discriminação positiva (DUBET, 2004, p.545).

Sendo assim, a lógica é que naquelas escolas em que há mais beneficiários do *Programa Bolsa Família* (índice utilizado para mostrar a desigualdade no que tange aos recursos financeiros) sejam dadas melhores condições para aprendizagem e ensino para que a escola possa, de fato, fazer a diferença naquela determinada comunidade.

Retomando o Gráfico 7, é possível fazer uma análise da relação entre os resultados de desempenho estudantil (referenciados pelo IDEB) e as suas condições socioeconômicas (referenciadas pelo total de estudantes beneficiados pelo PBF) das escolas pesquisadas.

Sendo assim, tem-se:

Escola Municipal Professora América Costa Sabóia	TOTAL DE BENEFICIARIOS	IDEB			
		2005	2007	2009	2011
	25%	4,0	4,7	5,2	6,0

Quadro 16: Comparação entre os beneficiários do PBF e IDEB
Fonte: SME, Gerência de Gestão Escolar e INEP

Observa-se, por meio da leitura deste quadro, que apesar da condição social geral desta escola ser frágil, os estudantes vêm apresentando importantes avanços em relação à aprendizagem.

Entretanto, há que se observar que os dados do PBF são indicativos, e não podem ser tomados de forma isolada. Isso se dá devido a uma situação assim: A escola A do NRECIC possui 10% de estudantes contemplados no programa; embora

o percentual de atendidos seja 15% menor, o IDEB desta unidade é 5,2, ou seja, oito pontos abaixo da escola em estudo. Na mesma linha, a escola B, com também 10% de estudantes contemplados no programa, teve, em 2011, o IDEB 5,6.

Segundo Dubet (2004):

Uma das formas de justiça social consiste em garantir um mínimo de recursos e proteção aos mais fracos e desfavorecidos. Desse ponto de vista, um sistema justo garantiria limites mínimos abaixo dos quais ninguém deveria ficar: é o caso do salário mínimo, da assistência médica, dos benefícios elementares que protegem os mais fracos da exclusão total. Na verdade, essas garantias visam a limitar os efeitos dos sistemas meritocráticos cuja mecânica muitas vezes leva à manutenção, ou mesmo, acentuação das desigualdades. Essa concepção de justiça, principalmente a de Rawls, considera que a justiça de um sistema escolar pode ser medida pelo modo como trata os mais fracos e não somente pela criação de uma competição pura. Mais exatamente, ela considera que as desigualdades são aceitáveis, ou mesmo justas, quando não pioram as condições dos mais fracos (DUBET, 2004, pg. 546).

Neste sentido, com base no que o autor coloca e na situação das escolas, o PBF é uma forma de oferecer aos estudantes uma possibilidade de condição de permanência na escola, visto que este é um dos requisitos para a família usufruir da concessão deste direito.

Os estudantes com maior dificuldade financeira não podem ser prejudicados devido ao *status* social no qual estão submetidos. Pelo contrário, é dever do governo e da sociedade oferecer condições a estes estudantes que lhes permitam uma nova situação de vida, onde quase sempre a escola acaba sendo um fator determinante neste contexto de mudanças. Determinante, no sentido de que muitas famílias veem na instituição escolar, a possibilidade de ascensão social e financeira por meio dos estudos. Acreditam que esta lhes permitira uma condição de melhor acesso a empregos com rendimento financeiro mais elevado. Sendo assim, é grande a responsabilidade da instituição educativa, e por consequência, de sua mantenedora na efetivação deste processo.

3.3 CONDIÇÕES MATERIAIS

A atual gestão da *Escola América da Costa Sabóia*, assim que assumiu a administração, realizou um processo de revitalização da estrutura material da

mesma. Fez a pintura das paredes; reforma de banheiros; e recuperação da estrutura das salas, como iluminação, ventilação e troca de vidros. Segundo dados apontados a partir das entrevistas realizadas com a equipe da escola, as reformas foram possíveis por meio de recursos obtidos por meio da APPF e recursos da descentralização da SME.

Não se vê grandes atos de vandalismos nas paredes, muros ou quaisquer espaços da escola. A equipe administrativa relatou que mantém uma conversa aberta com a comunidade, ressaltando que todo o recurso gasto para limpeza e adequação de espaços depredados por vandalismo, deixa de ser utilizado para construção de novos locais e melhoria de equipamentos para a unidade, impossibilitando oferecer um espaço agradável e de qualidade estética para todos.

Segundo os relatos ouvidos pela equipe da escola, algo que facilita bastante esse processo de diálogo com a comunidade, é ter sido implantado na escola o *Programa Comunidade Escola*. Este programa, através de parcerias, voluntários e da SME, traz a comunidade para realizar, na escola, atividades esportivas, artesanais, educacionais e cursos diversos aos sábados e domingos.

Essa interação com a comunidade facilita a conversa e sensibiliza os moradores a cooperar com o espaço escolar. Ainda há, apesar disso, situações de roubos, furtos e pequenos vandalismos, mas, segundo a direção, esses atos vêm diminuindo significativamente ao longo dos anos.

A equipe da escola salienta ainda, durante as conversas, que acredita ser muito importante um ambiente em que os estudantes tenham acesso à internet, livros de literatura, livros didáticos e todos os recursos necessários que propiciem um aparato de qualidade para o processo de ensino e de aprendizagem.

No que diz respeito às condições materiais, as escolas da RME de Curitiba, têm a seu dispor os Recursos da Descentralização. Esses recursos dizem respeito a uma verba repassada trimestralmente para as escolas, pela SME. Por meio desse programa, as escolas recebem uma verba trimestral no valor de aproximadamente quatro reais e vinte e dois centavos por estudante. Com essa verba, as escolas podem realizar compra de recursos didáticos, materiais escolar, material de higiene pessoal e do espaço (limpeza), fazer pequenas reformas de manutenção. Há ainda outros recursos para a manutenção do laboratório de informática e do Farol do Saber (das escolas que possuem tal equipamento – como é o caso da escola em questão).

Todas as ações executadas são previamente discutidas com o Conselho de Escola, como prevê o Estatuto do mesmo. Essa verba é administrada pela Equipe Administrativa da escola, representada pela direção e vice-direção. O órgão financeiro responsável pela prestação de contas é a APPF. Todos os valores gastos precisam ser devidamente divulgados à comunidade em geral.

As escolas têm bibliotecas próprias, sendo que a escola América da Costa Sabóia tem, em anexo, um *Farol do Saber*. Esses espaços são bastante utilizados pela comunidade, incluindo pais, professores, funcionários e estudantes.

No quadro abaixo, é possível a visualização dos empréstimos de livros realizados no espaço literário, tendo como base o mês de novembro de 2013:

	Biblioteca/Escola Municipal	Empréstimo de Materiais
Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia	Farol do Saber Vinicius de Moraes	699

Quadro 17: Empréstimos de livros (novembro de 2013)

Fonte: ICI - Instituto Curitiba de Informática - Sistema Municipal de Bibliotecas.

Além dos empréstimos, os agentes de leitura (assim denominados os profissionais que atuam nas bibliotecas escolas da RME de Curitiba), realizam trabalhos culturais com os estudantes como *contação de histórias*, momentos culturais, análise de obras entre outros.

Ao analisar o quadro, entretanto, percebe-se que a comunidade externa da escola (pais e responsáveis pelos estudantes) pouco usufrui desse espaço literário. Com essa informação, é possível uma consideração: muitas famílias depositam confiança na escola entendendo que esse espaço é de grande importância para o desenvolvimento social e acadêmico dos seus filhos, no entanto, não demonstram envolvimento com as atividades culturais e pedagógicas da escola, exceto a participação em reuniões.

Além da biblioteca, a escola possui uma sala equipada com computadores com acesso à Internet para que os estudantes realizem o trabalho pedagógico, previamente planejado pelos professores. Esses laboratórios de informática, segundo informação da direção da escola, contam com suporte técnico sistemático e

regular para que possam estar em perfeito estado de conservação e uso para ser utilizado pelos professores e estudantes.

Os estudantes também têm acesso ao *Programa Nacional de Livro Didático* (PNLD). Os professores realizam a escolha dos livros a cada três anos, de acordo com os critérios elencados pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC). Além disso, professores e pedagogos participam de cursos de capacitação, ofertados pela SME, para melhor análise dos conteúdos das obras previamente selecionadas pelo MEC.

3.4 CONDIÇÕES DE PESSOAL

A Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia é uma unidade educativa de porte entre médio e grande, atendendo aproximadamente oitocentos estudantes nos turnos manhã, tarde e noite. Para esse atendimento, possui um total de setenta e nove professores, além da equipe pedagógica e administrativa composta por direção, vice-direção, coordenação administrativa, coordenação das UEs e pedagogas, além da secretária escolar e auxiliares de secretaria. Atualmente, a escola tem seu quadro de profissionais completo, de acordo com os critérios estabelecidos pela SME, o que facilita a realização efetiva do trabalho proposto.

A Lei 11.738 de 16 de julho de 2008, aprovada pelo Congresso Nacional, regulamenta a instituição do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. O parágrafo quarto do segundo artigo desta lei traz: “Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos” (BRASIL, 2008).

O período restante, 1/3 (um terço) é destinado à hora atividade ou hora permanência e por exigência da lei, deve ser posto em prática. A hora permanência é o tempo destinado para as atividades extraclasse (fora de sala de aula) dos professores. Neste período do tempo, os professores dedicam-se ao planejamento das atividades de seus estudantes, bem como elaboração e correção das mesmas.

Além disso, podem realizar atividades de formação continuada, estudos e socialização de suas práticas pedagógicas.

A partir do ano de 2013, o quadro de professores de todas as escolas foi reestruturado para que fosse possível efetivar o novo projeto da SME a partir da implantação dos 33% de hora atividade ou hora permanência. Com essa implantação, altera-se a organização da escola e a perspectiva da formação continuada dos professores, visto que houve uma ampliação do tempo de permanência (tempo utilizado para o planejamento dos professores) dedicado à formação continuada, planejamento, atendimento aos pais, correção de atividades dos estudantes entre outras ações pertinentes ao trabalho de ensino e aprendizagem.

A *Escola América da Costa Sabóia* conta atualmente com o quadro de profissionais assim organizado:

Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia	
Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental	67
Professores da Educação Especial	06
Professores de Educação Física	06
Pedagogos	05
Direção	01
Vice-Direção	01
Coordenador administrativo	01
Coordenador de Unidade de Educação Integral	02
Agentes de Leitura	04
Secretario Escolar e apoio administrativo	05
Apoio Escolar	08

Quadro 18: Funcionários da Escola Professora América da Costa Sabóia
Fonte: SME – Relatório de Servidores por atuação

É interessante observar que a grande maioria dos profissionais têm vagas fixas, com exceção de 06 profissionais que têm vaga provisória na unidade. Outro fator que merece ser mencionado é o fato de que, embora a escola não tenha o quadro completo com profissionais permanentes, aqueles que possuem um padrão de 20 horas na unidade, prestam trabalho no sistema de RIT (Regime Integral de Trabalho). Os profissionais, que trabalham nesta perspectiva, exercem suas funções temporariamente na unidade nessa condição até que a vaga seja ocupada por um profissional com vaga padrão permanente, proveniente de concurso público. Atualmente, a escola possui vinte e um funcionários trabalhando em RIT, sendo que

quatro no período da manhã e dezessete no período da tarde. Há que se levar em conta, ainda, que todos os profissionais que fazem o RIT têm padrões efetivos nesta escola.

Dos professores regentes dos anos iniciais que trabalham na unidade, tem-se o seguinte quadro quanto ao tempo de trabalho nesta escola.

Quantidade de Professores	Tempo de trabalho na unidade
15	08 anos
04	06 anos
06	05 anos
06	04 anos
05	03 anos
01	02 anos
30	01 ano

Quadro 19: Funcionários da Escola Professora América da Costa Sabóia
Fonte: SME – Relatório de Servidores por atuação

Por meio deste quadro é possível a seguinte visualização:

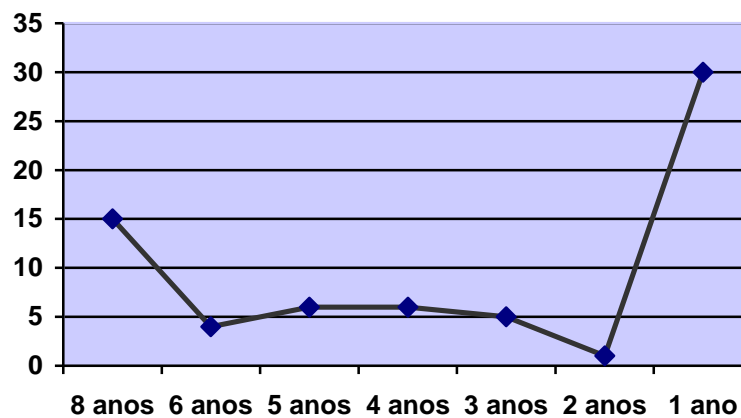


Gráfico 8: Funcionários da Escola Professora América da Costa Sabóia
Fonte: SME – Relatório de Servidores por atuação

Embora o maior número de professores esteja na marca de um ano de trabalho na escola, há um grande contingente que permanece há mais de oito anos.

Deve-se levar em conta também, o número de professores que pediram remoção no final deste ano. Com base nos dados apontados por meio de um relatório divulgado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, dos servidores que conquistaram vaga por meio de remanejamento, tem-se a seguinte situação em relação ao quadro de professores da unidade: um professor pediu remoção para

uma escola de outro bairro e dois profissionais, que detinham vaga provisória, solicitaram vaga na mesma escola e adquiriram o direito de nela permanecerem nos dois padrões. Esse quadro aponta que os profissionais que lá trabalham manifestam o desejo de continuar onde estão, mostrando aparente satisfação com o seu local de trabalho.

Além disso, uma nova visão do papel do professor corregente, foi estabelecida por meio da portaria 45, publicada no Diário Oficial do Município no dia 11 de novembro. Este profissional, como o próprio nome já indica, trata-se de um professor que desenvolve uma ação conjunta com o regente da turma, em sala de aula, exercendo, portanto, um processo concomitante e articulado às atividades do professor regente (responsável direto) da classe.

A tarefa principal do professor corregente consiste na orientação personalizada e individualizada do estudante com dificuldades no processo de aprendizagem. Este professor tem por objetivo orientar esses estudantes, indicando novos caminhos e procedimentos para que cheguem ao mesmo ponto que os demais estudantes.

Atualmente, o professor corregente nem sempre participa da permanência com os professores regentes das turmas nas quais trabalha, porque necessita substituir a falta de outros professores (seja por falta no quadro de professores ou falta por motivo de saúde). Esse desvio de função acaba prejudicando a interação entre os profissionais, resultando num trabalho não tão eficiente quanto o desejado.

Uma das novidades que resultarão da portaria é a mudança do papel do professor corregente. Hoje, de maneira geral, o corregente não participa do planejamento feito pelos professores regentes de turma durante o horário de permanência (a chamada hora-atividade, que equivale a 33% da jornada do professor e é destinada a atividades extraclasse). Esse modelo dificulta o trabalho conjunto e muitas vezes quebra o ritmo de aprendizagem da classe. [...] A partir do ano que vem, ambos farão a permanência ao mesmo tempo e trabalharão juntos nos planos de aulas, acompanhados ainda da pedagoga da escola. Cada grupo de três profissionais será responsável pelo planejamento de duas turmas. Ou seja, passa a atuar nas escolas um professor que, além da corregência nessas duas turmas, assumirá também, como regente, as aulas do componente curricular de Ciências. Com isso, os professores dividirão responsabilidades no desenvolvimento de um plano pedagógico que deve ser seguido por todos, em prol do melhor desenvolvimento do estudante. Estes profissionais tornam-se também responsáveis pelo Plano de Apoio Pedagógico Individual, uma ferramenta que visa atender necessidades específicas de aprendizagem de cada estudante. Esse plano será desenvolvido pela dupla (regente e corregente) nos momentos em que trabalharem juntos em sala de aula. (www.curitiba.pr.gov.br. acesso em 30/12/13)

Sendo assim, a partir da reestruturação docente e pedagógica proposta e referendada pela Portaria 45, portanto, os professores, regente e corregente farão a permanência juntos. O que possibilitará maior envolvimento entre os professores e, conseqüentemente, maior conhecimento das dificuldades e habilidades dos estudantes, podendo assim, ser construído um planejamento de atividades de maior qualidade e mais adequado à aprendizagem dos estudantes.

Além da hora permanência, a SME oferece Formação Continuada com o intuito de melhorar a ação dos professores, por meio de: *Semana de Estudos Pedagógicos*, cursos presenciais e assessoramentos. Estes últimos, em sua grande maioria, acontecem na própria escola e são ministrados pela Equipe Pedagógica do Núcleo Regional de Educação, por professoras responsáveis pela alfabetização linguística e alfabetização Matemática.

A demanda dos assessoramentos é definida sempre a partir da necessidade apontada pela escola, a partir do diagnóstico realizado pela equipe docente e pedagógica da unidade educativa e pela avaliação previa feita pela equipe pedagógica do núcleo regional.

O objetivo desses assessoramentos é aproximar a teoria da prática, fornecendo orientações para o trabalho pedagógico, com vista a melhorar a aprendizagem dos estudantes por meio de um ensino eficaz.

No ano de 2013, de acordo com os dados obtidos por meio da equipe pedagógica do Núcleo Regional de Educação da Cidade Industrial de Curitiba, foram realizados na escola aproximadamente 15 assessoramentos com registros formais, além das orientações gerais dadas à escola por meio de reuniões coletivas ou individuais. Em relação aos assessoramentos na unidade, foram tratados de temas referentes à Língua Portuguesa, Matemática e organização do trabalho pedagógico.

Em relação aos assessoramentos de Língua Portuguesa e Matemática, a pedagoga da escola em conjunto com os professores, selecionam os temas a serem abordados nos encontros. O objetivo desses encontros de assessoramento é orientar os professores e pedagogos nas ações que melhor se adéquam às necessidades dos estudantes. Para tanto, são analisados materiais dos estudantes e planejamento do professor, para que, com base nesses instrumentos possa ser criado juntamente com a equipe da escola, um plano de trabalho que venha de encontro às necessidades apontadas.

Quanto ao trabalho de organização do trabalho pedagógico, este é desenvolvido com base no ensino regular e na educação integral. São dadas orientações de trabalho à equipe pedagógica e administrativa com o intuito de melhorar os encaminhamentos, tirar dúvidas e adequar o trabalho, com vistas a melhor qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Os assessoramentos são realizados numa periodicidade mensal ou sempre que se fizer necessário, por alguma situação em particular da unidade. Mas, é importante salientar que, embora os assessoramentos sejam de grande importância, por si só não incidem no desempenho da unidade, quanto aos resultados de avaliação. Há exemplos de outras escolas que tiveram menores números de assessoramentos e maior IDEB e escolas com mais assessoramentos e menor IDEB, ainda segundo dados apontados pela equipe pedagógica do NRECIC. O que vai fazer a diferença é a postura pedagógica do profissional que recebe a orientação, e a mobilização para adequar a sua prática, com o intuito de melhorar o desempenho educacional de seus estudantes.

Outro fator de expressiva importância refere-se ao fato do profissional inscrever-se em cursos e participar efetivamente dos mesmos. Em conversas com a equipe pedagógica da unidade, esta relatou que a participação dos professores em cursos é grande na unidade e eles procurarem participar de forma efetiva. A pedagoga indica aqueles que abordarão temas em que o profissional precisa de aprofundamento ou situações em que os estudantes vêm apresentando baixo desempenho acadêmico. Neste sentido, o curso tem por objetivo aprofundar os conhecimentos dos professores para aperfeiçoar sua prática pedagógica.

Além dos assessoramentos individuais, os profissionais da escola participaram, no ano de 2013, de assessoramentos coletivos em relação à metodologia da Prova Brasil; ao trabalho do *Plano de Apoio Pedagógico*, para os estudantes com dificuldade de aprendizagem nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática; sequência didática e o desenvolvimento de encaminhamentos metodológicos a partir dos resultados da *Provinha Brasil*, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática.

3.5 DESEMPENHO ESTUDANTIL

Em relação ao desempenho estudantil desta escola, é preciso fazer uma análise dos estudantes no decorrer do ano letivo em todas as situações de aprendizagem, fazendo uma comparação qualitativa do estudante com ele mesmo no decorrer do ano letivo, conforme o que aponta a avaliação formativa.

Segundo Santos e Varela (2007):

Avaliação formativa é realizada com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares. Localiza a deficiência na organização do ensino-aprendizagem, de modo a possibilitar reformulações no mesmo e assegurar o alcance dos objetivos. A referente modalidade de avaliação é chamada formativa no sentido que indica como os alunos estão se modificando em direção aos objetivos. (SANTOS E VARELA, 2007, p.4)

Nesse sentido, a avaliação passa a ser um instrumento a favor do professor e do estudante para que o docente possa repensar sua prática e rever o seu planejamento com o intuito de reverter possíveis distorções, que possam vir a prejudicar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

Há, entretanto, alguns dados quantitativos que facilitam a análise mais precisa dos resultados, não se amparando somente em situações que podem denotar apontamentos subjetivos. Assim, tomando como parâmetro inicial, analisa-se a proficiência da Prova Brasil nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática na escola em questão.

Componente Curricular	2005	2007	2009	2011
Língua Portuguesa	164,96	181,04	188,69	211,93
Matemática	178,48	204,90	214,18	239,29

Quadro 19: Proficiência da Prova Brasil em Língua Portuguesa e Matemática
Fonte: MEC, INEP, 2013

Por meio dos dados observados, são possíveis algumas análises: Em Língua Portuguesa a escola apenas elevou sua proficiência, em 2007 em 9,8%; em 2009, 7,7%; e em 2011, 11,3%. Em matemática aconteceu o mesmo fenômeno: em 2007, cresceu 14,8%; em 2009, 9,3%; e em 2011, 11,3%.

Para uma melhor visualização acerca dos resultados, tem-se o seguinte gráfico:

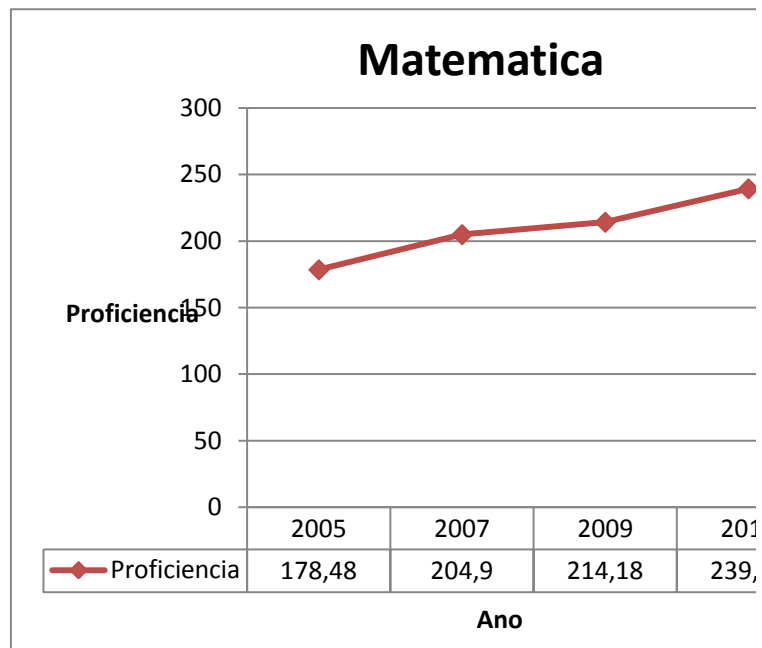


Gráfico 9: Proficiência da Prova Brasil no componente curricular de Matemática
Fonte: SME, DPI e DEF (2012)

Percebem-se, em Matemática, avanços significativos e um crescimento mais acelerado do que em Língua Portuguesa.

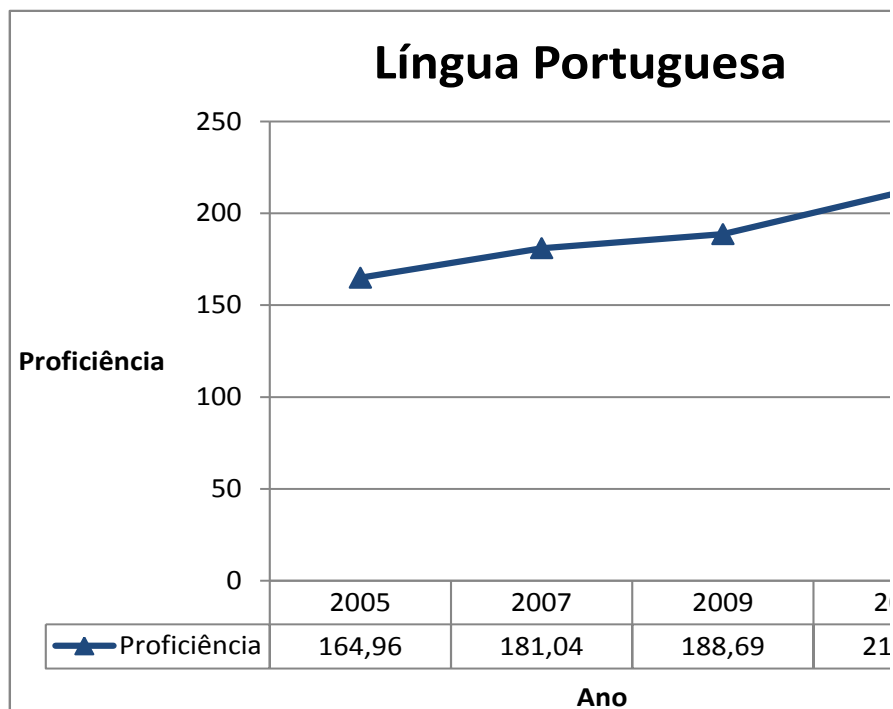


Gráfico 10: Proficiência da Prova Brasil no componente curricular de Língua Portuguesa
Fonte: SME, DPI e DEF (2012)

Um outro dado interessante para a reflexão acerca do desempenho estudantil na unidade educativa trata-se do número de estudantes analisados pela Equipe Multidisciplinar¹³.

O quadro abaixo apresenta o número de estudantes do 3º e 5º anos do Ensino Fundamental apresentados na Equipe Multidisciplinar no decorrer dos anos 2010 a 2012.

Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia	Estudantes apresentados		
	2010	2011	2012
	6,0%	7,6%	3,0%

Quadro 20: Número de estudantes apresentados na Equipe Multidisciplinar Final
Fonte: SME, EEF do NRECIC (2013)

Levando em conta que são apresentados apenas os estudantes que permaneceram com dificuldade de aprendizagem, considera-se a seguinte situação:

¹³ De acordo com a proposta da Implantação de Ciclos no município de Curitiba, o estudante com dificuldades de aprendizagem poderá ficar retido no final do Ciclo, porém apenas uma vez. Sendo assim, nos anos início do Ensino Fundamental, os estudantes podem ser apresentados à Equipe Multidisciplinar no final do Ciclo I, quando matriculados no 3º ano e no 5º ano, final do ciclo II. Além disso, há uma exceção para os estudantes de Inclusão (aqueles estudantes com síndromes, transtornos, paralisia cerebral ou deficiência intelectual grave ou moderada, altas habilidades/superdotação matriculados no ensino regular) que podem ficar retidos em qualquer ano do ensino fundamental tendo em vista suas particularidades e especificidades. Estudantes como mais de 25% de faltas devem permanecer no ano em que está cursando, conforme já prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996, artigo 24 VI que coloca: “o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

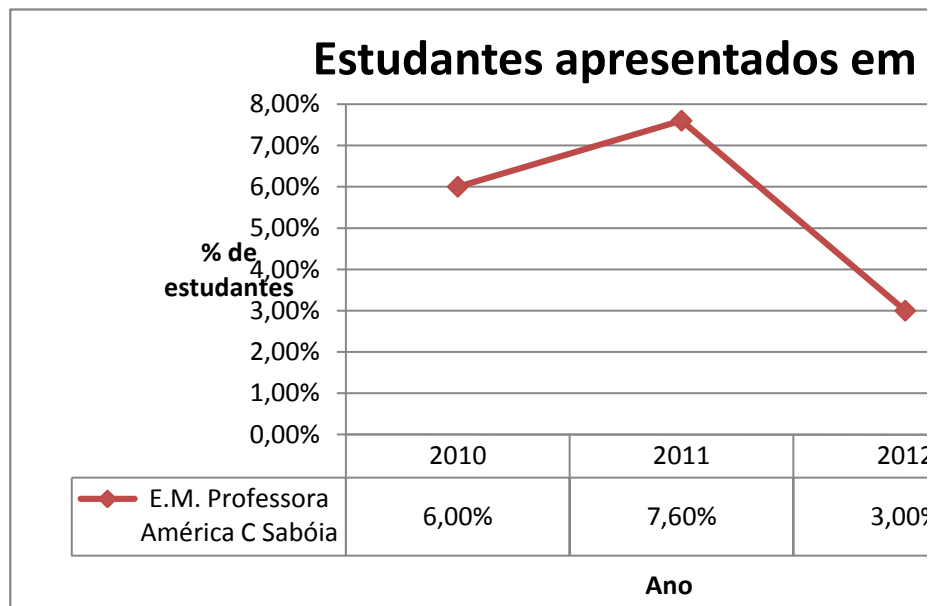


Gráfico 11: Número de estudantes apresentados na Equipe Multidisciplinar Final
Fonte: SME, EEF do NRECIC (2013)

O gráfico mostra que o número de estudantes apresentado na equipe multidisciplinar com o objetivo de que permaneçam no ano em que estão matriculados, tem diminuído consideravelmente, apesar de ter aumentado no ano de 2011. Esse fato indica que os estudantes estão apresentando um melhor desempenho acadêmico, o que tem levado, conseqüentemente, a um menor índice de reprovação na unidade educativa.

Outra questão que precisa ser apontada nesse quadro geral é a questão da aprovação. Acredita-se que a escola que aprova é aquela que tem realizado seu papel que é a efetivação do processo de ensino. Levando em conta a perspectiva de Ciclos nos anos de aplicação da Prova Brasil, têm-se os seguintes dados em relação à aprovação.

Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia			
2005	2007	2009	2011
90,9%	90,7%	94,8%	94%

Quadro 21: Índices de aprovação
Fonte: MEC, INEP, 2013

Para uma melhor observação da situação em relação à aprovação dos estudantes, podem ser analisados os dados por meio do gráfico abaixo:

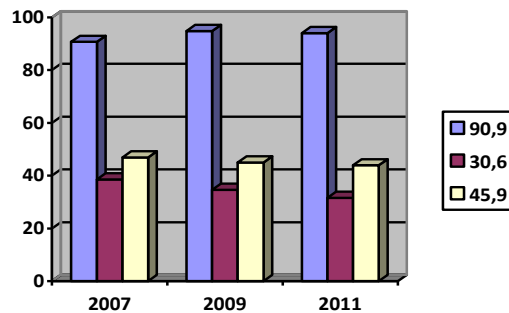


Gráfico 12: Aprovação dos estudantes
Fonte: NRECIC

Ainda em relação a dados de aprovação, se levar conta a proposta de Ciclos, observa-se um índice ainda elevado no que tange à média de aprovação do 1º ao 5º ano como aponta o quadro a pouco mencionado.

Certamente, os indicadores aqui apontados não dão conta ainda e realizar um retrato fiel das condições da escola, mas é possível perceber que a escola bem procurando desenvolver ações que viabilizem um ensino de qualidade aos estudantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa surgiu a partir de uma inquietação sobre a falta de condições de aprendizagem da criança menos favorecida social e financeiramente. Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida com o olhar focado nas relações entre as questões de desigualdades sociais no contexto educacional; as condições materiais e humanas; e o desempenho estudantil na *Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia*.

Quando se fala em desigualdades no contexto educacional, entra-se num terreno muito vasto e complexo. É certo que as condições sociais podem afetar o desempenho estudantil, entretanto, não é o único fator condicionante que deve ser considerado para avaliar se uma criança tem ou não condições para aprender.

Essa pesquisa mostra dados, da referida escola, que apontam para uma progressiva elevação dos seus índices de avaliação. Neste caso, foram levados em conta o IDEB, bem como outros indicadores apontados no decorrer da pesquisa. Entre esses, podem ser mencionados a aprovação elevada dos estudantes desta escola, a diminuição dos estudantes apresentados em Equipe Multidisciplinar Final, o aumento da proficiência na Prova Brasil nos componentes curriculares tanto de Língua Portuguesa quanto de matemática, bem como elevação nos níveis da Provinha Brasil aplicada aos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental.

Esses dados indicam que o estudante de classes menos favorecidas pode aprender, apesar de apresentar maiores dificuldades para o desenvolvimento desta ação, levando em conta os limites relacionados ao fator cultural, a dificuldade de acompanhamento pedagógico dos pais, a tardia identificação de alguma situação clínica, entre outras situações que podem ser prejudiciais ao desenvolvimento cognitivo do estudante.

Uma situação que se mostrou marcante foi a visão que os pais têm em relação à escola. Para muitos deles esta é uma, quando não a única forma de garantia de um futuro melhor para seus filhos. Há relatos da equipe pedagógica, de que pais, ao serem convocados pela equipe pedagógica, ressaltam o desejo de realizar todos os encaminhamentos solicitados pela escola, pois acreditam na importância dos mesmos para seus filhos, bem como valorizam a escola como um local que pode fazer a diferença, logo é merecedora de respeito. O desejo de

realizar todos os encaminhamentos, no entanto, acaba sendo suplantado pela dificuldade financeira. Ressalta-se, no entanto, que a mantenedora oferece auxílio transporte gratuito para que as famílias carentes possam efetivar os atendimentos clínicos necessários ao desenvolvimento do estudante.

A grande maioria dos pais ou responsáveis legais pelos estudantes acompanha o rendimento escolar por meio das assinaturas dos pareceres avaliativos, comparecem à escola sempre que chamados, levam os filhos para atendimentos indicados pela equipe pedagógica, porém seu papel vai até aí. Sendo assim, os estudantes apresentam dificuldade de acesso à cultura difundida fora do ambiente escolar. Neste contexto, ida ao teatro, cinema, museus, leitura acaba ficando sob a responsabilidade da escola, por meio dos passeios educativos.

Um fato que comprova tal afirmação é apontado pelo baixo número de livros emprestados pela comunidade na biblioteca, bem como o número ainda bastante tímido de estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos e os altos índices de analfabetismo.

Outra situação que merece destaque é o papel do professor. Não basta a escola apresentar condições materiais de alto nível se não tiver um professor comprometido com a qualidade do trabalho que está desempenhando. Além desse comprometimento, são necessárias condições de trabalho adequadas a serem oferecidas a ele. Excesso de trabalho, tempo escasso para planejamento das atividades pedagógicas, poucos recursos didáticos e tecnológicos, bem como turmas lotadas estão entre as situações que podem interferir na qualidade do trabalho do professor. E esta situação independe se o professor trabalha em uma escola pública, ele necessita de condições que lhe permitam a efetivação de uma aula de qualidade.

Concomitante a isso, é possível mencionar as condições materiais que são ofertadas aos professores e ao bom uso pedagógico realizado a partir dos recursos que são disponibilizados a ele. Aliado a isso, um espaço estrutural agradável, limpo e organizado pode também influenciar na aprendizagem, afinal a escola é um ambiente educativo. Tudo inspira educação quando se faz a correlação entre espaço escolar e ambiente educativo onde acontece a aprendizagem.

O que também ficou evidente na pesquisa, diz respeito à baixa rotatividade de professores nesta escola, reforçando uma hipótese levantada de que um corpo docente estável pode ser fator de influência do desempenho estudantil. Esta

constatação se dá levando em conta que os professores, ao permanecerem na escola, passam pela formação continuada e mantêm-se para que possam efetivá-la ao longo do ano letivo, oferecendo aos estudantes um processo de ensino de qualidade.

Em relação ao desempenho estudantil, percebe-se que os níveis de aprovação e de proficiência na Prova Brasil, bem como os níveis da Provinha Brasil, vêm apresentando frequente elevação. Esse é um dos indicadores que podem apontar o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, evidenciando que, independente da situação social em que estão inseridos, todos têm condições de aprendizagem, respeitando as necessidades de cada estudante, oferecendo a cada um de forma diferenciada, condições que lhes permita aprender.

Mas para que isso se efetive, a escola precisa ter uma equipe pedagógica responsável e consciente de seu papel: propiciar meios na unidade educativa que possibilitem o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem. A mantenedora deve efetivar seu papel, garantindo a todas as unidades da Rede de Ensino, condições de funcionamento e desenvolvimento pedagógico, porém cabe à administração local, a alocação dos recursos que dão a base para o professor desenvolver seu papel.

Essa pesquisa não se encerra com estas considerações. Ainda há muito que estudar sobre o tema, como analisar porque duas escolas públicas e municipais da mesma região que atendem basicamente os estudantes oriundos da mesma comunidade têm discrepantes resultados nos desempenhos estudantis. Seria bastante interessante fazer uma análise comparativa entre as duas unidades com o objetivo de verificar quais são as condições que determinam os resultados em ambas, contudo o tempo disponível para a elaboração desta pesquisa não seria suficiente, o que recomenda estudos futuros sobre o tema.

5 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. O Estado, a política e a regulação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica In: FERREIRA, N. S. C., AGUIAR, M. A. S. (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos** . 2.ed São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Provinha Brasil: apresentação. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/provinha-brasil/apresentacao>>. Acesso em 14/01/2014

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portal IDEB: o que é o IDEB <http://portal.inep.gov.br/web/porta-ideb/o-que-e-o-ideb>>. Acesso em 14/01/2014.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portal IDEB: como o IDEB é calculado. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/porta-ideb/como-o-ideb-e-calculado>>. Acesso em 14/01/2014.

_____. Lei 11.738 de 16 de julho de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 de julho de 2008.

_____. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília, 2004.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Brasília, Distrito Federal, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Manual Operacional de Educação Integral**. Brasília, Distrito Federal, 2012.

_____. Ministério da Educação. Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa: entendendo o Pacto. Disponível em <<http://pacto.mec.gov.br/component/content/article/2-uncategorised/53-entendendo-o-pacto>>. Acesso em 14/01/2014

_____. Ministério da Educação. Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa: formação Pacto. <<http://pacto.mec.gov.br/component/content/article/26-eixos-de-atuacao/54-formacao>>. Acesso em 14/01/2014

_____. Ministério da Educação. Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em 14/01/2014.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca na Escola. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368&Itemid=574>. Acesso em 14/01/2014.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro Didático: apresentação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668&id=12391?option=com_content&view=article>. Acesso em 14/01/2014

_____. Ministério da Educação. Projovem urbano. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17462&Itemid=817>. Acesso em 14/01/2014

_____. Ministério da Educação. Prova Brasil: apresentação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=210&Itemid=324>. Acesso em 14/01/2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **PDE** : Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil : ensino fundamental : matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília : 2008.

CASASSUS **A escola e a desigualdade**. 2.ed.: Brasília: Líber Livro Editora, UNESCO,2007.

_____, J. Reforma Educacional na América Latina no contexto da globalização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 7 – 28, nov 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/n114/a01n114.pdf>. Acesso em: 21/10/2013.

CASTRO, M. H. G. de. **Sistemas de Avaliação da Educação no Brasil**: avanços e novos desafios. Disponível em São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009. Acesso em 10 de novembro de 2013.

CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Retrato das Regionais**, 2013.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **A escola municipal e os ciclos de aprendizagem**: proposta de implantação da RME de Curitiba. Curitiba,1999.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Avaliação na Rede Municipal de Ensino de Curitiba e a qualidade na educação – 2005 a 2010**. Curitiba, 2010.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Caderno Resultados de Avaliação de Rendimento Escolar na Rede Municipal de Ensino de Curitiba**. Curitiba, 2008.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba**. Volume 4. Educação especial e Inclusiva, Educação Integral e Educação de Jovens e Adultos. Curitiba, 2006

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e Prova Brasil**. Resultados Comparados 2005 e 2007. Curitiba, 2008.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Organização escolar e quadro de professores da rede municipal terão mudanças em 2014**. Disponível em <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/organizacao-escolar-e-quadro-de-professores-da-rede-municipal-terao-mudancas-em-2014/31371>. Acesso em 30/11/2013.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações para o Apoio Pedagógico: Língua Portuguesa e Matemática.** Curitiba, 2013.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia. **Projeto Político e Pedagógico.** Curitiba, 2007.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Resultados da Avaliação do Ciclo I da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.** Curitiba, 2007.

_____. Portaria 45. **Diário Oficial do Município de Curitiba,** Curitiba, PR, n.217, p. 25-37, 11 de novembro.

DUBET. F. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa,** v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>> Acesso em 02/01/2014.

Faróis do Saber. Disponível em <<http://www.escola-curitiba.com/farois.htm>>. Acesso em 13/01/2014

FERNANDES C. O.; FREITAS, L. C. **Indagações sobre currículo** : currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FERNANDES .J.C. Décimos a menos e pontos a mais. Jornal Gazeta do Povo. Caderno Vida e Cidadania, Curitiba, 24/11/2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1427799&tit=Decimos-a-menos-e-pontos-a-mais#ancora>>. Acesso em 02/01/2014.

FERRAO, M. E. et all. O SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: objetivos, características e contribuições na investigação da escola eficaz. **Revista Brasileira de Estudos de População,** v.18, n.1/2, jan./dez. 2001

GAIOFATTO, N. **Reforma do Estado e Educação no Brasil: perspectivas presentes na produção acadêmica.** In: 25ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2002, Caxambu. Disponível em <http://25reuniao.anped.org.br/tp25.htm#gt5>. Acesso em outubro de 2013.

MICHELS, M. H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 33 set./dez. 2006

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez, 2004. <Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>.>

OLIVEIRA,R.P. ;ARAUJO;G.C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**. Jan /Fev /Mar /Abr 2005 Nº28. p.5-23

PESTANA, M. I.G.S. Avaliação educacional - o sistema nacional de avaliação de educação básica. In: RICO, Elizabeth M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3ª ed., São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.

Rede Municipal de Bibliotecas Escolares. Disponível em <<http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/5%20-%20Elionora%5B19525%5D.pdf>.> Acesso em 13/01/2014.

SANTOS, M. R.; VARELA, S.. A Avaliação como um Instrumento Diagnóstico da Construção do Conhecimento nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano I, No. 01, ago./ dez. 2007

SCHNEIDER, G.; GOUVEIA, A. B. Qualidade da escola: uma proposta de índice para as condições materiais de escolas a partir de dados contextuais do Saeb. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 59 - 82, dezembro 2011. Disponível em http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.8_suplemento/capitulo2.pdf. Acesso em dezembro de 2013

SILVA, G. L. F. S.; ROSSO, A. J. **As condições do trabalho docente dos professores das escolas públicas de Ponta Grossa – PR** Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/495_536.pdf

SOARES, J. F. Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do Ensino Fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 135-160, jan./abr. 2007. Acesso em 01 de janeiro de 2013.